



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE QUÍMICA
CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA

MAR DOMINGOS SOARES

**POR ISSO SIGA EM FRENTE, MEU BEM, NÃO HÁ PERIGO NA
ESQUINA – HÁ TRANS E TRAVESTIS: o Ensino de Química, a
Educação Popular e o Tecer de uma Pedagogia Transgênera**

Recife

2024

MAR DOMINGOS SOARES

**POR ISSO SIGA EM FRENTE, MEU BEM, NÃO HÁ PERIGO NA
ESQUINA – HÁ TRANS E TRAVESTIS: o Ensino de Química, a
Educação Popular e o Tecer de uma Pedagogia Transgênera**

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Química.

Orientador: Prof. Dr. José Euzebio Simões Neto

Coorientadora: Profa. Dra. Paloma Nascimento dos Santos

Recife

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Ana Catarina Macêdo – CRB-4 1781

S676p Soares, Mar Domingos.

Por isso siga em frente, meu bem, não há perigo na esquina - há Trans e Travestis: o ensino de química, a educação popular e o tecer de uma pedagogia transgênera / Mar Domingos Soares. - Recife, 2024.

70 f.; il.

Orientador(a): José Euzebio Simões Neto.

Co-orientador(a): Paloma Nascimento dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura
em Química, Recife, BR-PE, 2024.

Inclui referências.

1. Travestis. 2. Química - Estudo e ensino. 3. Educação popular. 4. Pessoas transgênero 5. Transexuais. I. Simões Neto, José Euzebio, orient. II. Santos, Paloma Nascimento dos, coorient. III. Título

CDD 540

MAR DOMINGOS SOARES

**POR ISSO SIGA EM FRENTE, MEU BEM, NÃO HÁ PERIGO NA
ESQUINA – HÁ TRANS E TRAVESTIS: o Ensino de Química, a
Educação Popular e o Tecer de uma Pedagogia Transgênera**

Aprovada em: 08 de março de 2024.

Banca Examinadora

José Euzebio Simões Neto - Orientador
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Paloma Nascimento dos Santos - Coorientadora
Universidade Federal da Bahia

Alice Alexandre Pagan – 1ª Avaliadora
Universidade Federal de Mato Grosso

Jarda Maria Andrade de Araújo – 2ª Avaliadora
Câmara Municipal de Recife

A todas as identidades trans*

À Mãinha, que disse que eu poderia ser o que eu quiser
Sem tua acolhida, não seria possível.
Sem tua referência, eu não seria a travesti que sou hoje.

À Sofia e à Amanda, que me dão a esperança de um futuro brilhante
Vocês são um mundo!
Feliz demais em ver o que vocês vão construir.

À Nêmesis, que me ensinou que o amor é travesti
Isso tudo é sobre amor, sorrisos, pés e outras liberdades que encontrei em ti.
Só sei te agradecer. Eu te amo! Do tamanho do mundo.

Ao Lucas, que no mais potente dos significados, me fez morada
Tu és melhor que carne de sol com queijo coalho e sorvete de bacuri.
Tu és minha canoa. Meu beijo nos Quatro Cantos. Eu te amo! Mais que dez.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos territórios pelos quais caminhei e caminho. Agradeço a mim, que me fiz travesti, e fui atravessada por estes lugares. Nada seria possível, se eu não tivesse sido capaz de criar as rupturas alcançáveis de um corpo inteligível cheio de estradiol manipulado. Agradeço às tecnologias travesti de ponta. E a todas as pessoas transexuais, transgêneras e travestis à minha volta.

Agradeço à mãe, dona Sheila, que muito mais que guerreira, foi solidária e generosa. Fez de sua vida, nossa vida. Grata demais pelos teus sacrifícios. Pela leveza durante uma infância dura. Pela tua potência de nos dar tudo que era possível à nossa realidade. Pela intuição quase mediúnica e calma nos momentos de tristeza. Teu apoio crítico, mas incondicional, me fez possível. Ao teu exemplo, minha admiração. Te celebro! Te amo do tamanho do mundo.

À minha madrinha, dona Maria José, que na sua rigorosa amorosidade, entregou cor, amor, alimento, presente. Ouvir de você que “a arma do pobre é o estudo” me guiou a não somente estudar e conquistar espaços, mas disputar ideologicamente minhas narrativas. Você foi suporte, assim como padrinho. Agradeço imensamente a vocês por tudo.

À Sofia e à Amanda, que refizeram a ordem familiar por aqui. Sofia, você é a coisa mais linda desse mundo. Amorosa, sagaz, inteligentíssima – até já escreveu um livro. Sou curiosa demais e espero poder acompanhar tudo que tu vais construir. Você é a melhor sobrinha que eu podia ter.

À Nêmesis, esse furacão travesti, essa onça pintada latino-americana. Não tem nada que não conquistes. Já são oito anos numa caminhada incessante de amor e aprendizado. Travestilizar o amor! Obrigada pelos sorrisos bobos e indecentes, pelo olhar criterioso, pelo olhar carinhoso, pelo teu olhar, como Alceu diria, de “onça menina”. Tu és carnaval o ano todo, e eu não perderei nunca o bloco férvido que é a vida ao teu lado.

Ao Lucas, príncipe do norte, o homem trans mais lindo desse universo – e todo multiverso. Minha pele treme feito jambu na tua presença. Agradeço por ser rio, e assim eu poder ser Mar. Agradeço por teres ressignificado espaços, proporcionado emoções tão novas, que me fazem conjugar o verbo amar, e como eu te amo. Eu

continuará viajando para todos os lugares contigo. Tu és lar. É doce demais a vida contigo. Teu sorriso me esperança presente e futuro felizes.

Agradeço à Júlia, pela presença incontestável, por dividir comigo tantos espaços, por ser escuta ativa e posição firme nas coisas da vida. Teu cuidado – e não somente pela própolis – me protege até hoje. Confio plenamente em ti. Te amo!

Agradeço ao Victor, pelas fugidas das aulas de Funções Reais. A vida é mais divertida sem tantos limites (kkkkk). Agradeço por ser companheiro, por ser presença quando mais preciso, por topa viajar nas minhas viagens. Por ser brega, cerveja, forró. Te amo!

Ao Euzébio, ou Zé, ou Padparadcha, por ser guia, mas com a humildade de ouvir. Por ser um amigo para além de orientador. Por ter tirado sarro quando adiantei cadeira do quarto período no segundo, e nunca mais ter me deixado ir. Essa graduação não seria possível sem tua presença radicalmente acolhedora.

À Paloma, que me impulsiona a ser a melhor pesquisadora que eu puder ser. Eu nem sei falar de afetividade sem pensar no bem que sua existência faz. Agradeço pelas orientações cruciais ao meu fazer pesquisadora. Pelo exemplo incrível de saber ponderar. Que massa é te ter na minha caminhada.

Agradeço à UFRPE, que foi casa e morada por tanto tempo. Pude ser mais, porque pude pertencer nessa instituição. Assim também agradeço ao PIBID, ao Programa de Residência Pedagógica e ao BEXT, que me deram espaços de refletir prática docente e como comunicar a extensão.

Aos movimentos populares que me construíram, Levante Popular da Juventude e Rede de Cursinhos Populares Podemos+, aos movimentos populares que me constroem, o movimento organizado de transexuais, transgêneros e travestis. Ao DALQ – e aos discentes de Licenciatura em Química – por terem confiado em mim durante dois anos na Coordenação dessa entidade. Foi uma honra!

Por fim, agradeço ao universo pelo encontro com tudo que vive e se permite transformar. Agradeço à imensidão do mar. Agradeço às possibilidades de transcender. Agradeço a todo amor febril e calmo. À todas as guerreiras do ontem, de hoje e do amanhã. Agradeço a Obá!

eu gosto de gostar mas gosto mais de ser gostada.
gosto de mim mas também não me suporto.
amo palavras e sua insignificância.
adoro inventar histórias. amo conversar com
outres. amo ser travesti. mas não gosto tanto de
travas que descubro. eu amo descobrir. cobrir
alguém que dorme ao lado.
amo sentir. as vezes acho que amo sentar. mas
muitas vezes finjo. muitas vezes me machuco.
finjo. que não. doeu sim. amo doer e sentir que
passou. amo deixar. não suporto como deixo. e não
como. mas já. amo lembrar do que. adoro como as
vezes esqueço.
preciso.
invento.
convenço.
minto.
traio.
tenho medo de me afogar. amei muito. mesmo. e
queria que soubesse. eu ainda não entendi mas
parece que. é foda.
choro escondida. amo fazer rir. quando rio. amei
conhecer quem amo e ter a sensação que. sou
muito corajosa. amo ser putinha as vezes. amo
transar devagar. amo quando transam comigo.
sinto exu. oxum. nanã. obá. e sinto muito mesmo. amo
ser eu. mas também não suporto ser tão insuportável.

Aurora Jamelo (adaptado)

RESUMO

A população trans brasileira – transexuais, transgêneros, travestis, pessoas não binárias e transmasculines –, há 15 anos consecutivos vive no país campeão de mortes da comunidade. Este mesmo território é o que mais consome sua produção pornográfica. Não é contraditório, é política de extermínio e fetichização dos corpos dissidentes. Buscando denunciar a realidade das pessoas trans no Brasil e a aproximação necessária desta temática com a educação popular e o ensino de Química, este trabalho utiliza elementos da pesquisa narrativa para investigar as contribuições pedagógicas que a vida e trajetória de uma professora, pesquisadora e militante transtravestigênera apresenta para o Ensino de Química. Por meio de uma escrita autobiográfica, apresento um panorama da produção da área de Ensino de Química sobre e para as questões transtravestigêneras, e o que observo são pouquíssimas produções. Esta monografia também buscou pôr em contraponto as pedagogias da Autonomia e das Travestilidades para encontrar propostas de ação transtravestigêneras para a Educação Popular. Por fim, foram apontadas propostas didáticas transcêntricas para pensar o Ensino de Química a partir da inserção e reflexão sobre corpo, sexualidades e epistemologias outras.

Palavras-chave: Transtravestigeneridades. Ensino de Química. Educação Popular.

ABSTRACT

The Brazilian trans population – transsexuals, transgender people, transvestites, non-binary people and transmasculines – has lived in the country that is the champion of community deaths for 15 consecutive years. This same territory is what consumes the most pornographic production. It is not contradictory; it is a policy of extermination and fetishization of dissident bodies. Seeking to denounce the reality of trans people in Brazil and the necessary approximation of this theme with popular education and the Chemistry Teaching, this work uses elements of narrative research to investigate the pedagogical contributions that the life and trajectory of a transgender teacher, researcher, and activist presents for Chemistry Teaching. Through autobiographical writing, I present an overview of the production in Chemistry Teaching about and for transvestigender issues, and what I observe are very few productions. This monograph also sought to contrast the pedagogies of Autonomy and Transvestites to find transgender action proposals for Popular Education. Finally, trans-centered didactic proposals were highlighted to think about Chemistry Teaching based on the insertion and reflection on the body, sexualities, and other epistemologies.

Keywords: Transvestites. Chemistry Teaching. Popular Education.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1	Estático de vídeo de Jonas Maria sobre terapia hormonal.....	56
Figura 2	Poster oficial do documentário Bombadeira (2007).....	58
Figura 3	Estrutura química molecular da Silicone.....	59
Figura 4	Liniker eleita Imortal pela Academia Brasileira de Cultura.....	59
Figura 5	Compositora e Musicista Wendy Carlos.....	60
Figura 6	Molécula da Dopamina.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Trans	Pessoas transexuais, transgêneras, travesti, não binárias e trans-masculinas
Cis	Pessoas cisgêneras e seus sistemas
TGEU	TransgenderEurope
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
GIDEQ	Grupo de Instrumentação e Diálogos no Ensino de Química
LGBTTIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Travesti, Intersexo, Assexuais e outros.
OAB	Ordem dos Advogados e Advogadas do Brasil
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
BdF	Brasil de Fato
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
SUS	Sistema Único de Saúde
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
FONATRANS	Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros
ENEQ	Encontro Nacional de Ensino de Química
DALQ	Diretório Acadêmico de Licenciatura em Química
DCE	Diretório Central das e dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO – PRIMEIRAS (TRANS)GRESSÕES, DENÚNCIAS E OUTRAS DISSIDÊNCIAS.....	13
2 AUTOETNOGRAFIA E TRAVESTILIDADES – A NARRATIVA DE SI PARA PESSOAS TRANSTRAVESTIGÊNERES, UM PASSO PARA EXISTÊNCIA E SEUS REFERENCIAIS.....	20
2.1 AUTOETNOGRAFIA, REFERENCIAIS E REFLEXÕES DE UMA TRAVESTI PESQUISADORA.....	20
2.2 A ESCRITA DE SI, O ENSINO DE QUÍMICA E SUAS POSSIBILIDADES.....	23
2.3 TRANSGENERIDADES AUTOETNOGRÁFICAS, EXISTÊNCIAS E PORVIR ...	25
3 DIALOGANDO FORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO POPULAR E NA LICENCIATURA EM QUÍMICA – ONDE ESTÃO AS VOZES DISSONANTES NO ENSINO?.....	34
3.1 CONVERSAS POSSÍVEIS ENTRE PAULO FREIRE E MARIA CLARA ARAÚJO DOS PASSOS NO TERRITÓRIO DA EDUCAÇÃO E DOS MOVIMENTOS POPULARES	35
3.2 EDUCAÇÃO POPULAR E O ENSINO DE QUÍMICA: COMO ESTÃO ALOJADAS AS PRODUÇÕES E AS VIVÊNCIAS?.....	38
4 À GUIA DE UMA PEDAGOGIA TRANSGÊNERA – DAS (TRANS)FORMAÇÕES E DAS (IN)DISCIPLINAS POSSÍVEIS PARA O ENSINO DE QUÍMICA.....	50
4.1 UM PRELÚDIO DAS PEDAGOGIAS TRANSGÊNERAS.....	51
4.2 UMA EDUCAÇÃO DE TRANS PRA FRENTE – (TRANS)(IN)DISCIPLINAS PARA O ENSINO DE QUÍMICA.....	55
5 POR HORIZONTES TRANSTRAVESTIGÊNERES – DAS CONSTATAÇÕES INEVITÁVEIS, DAS POTENCIALIDADES E DO MUNDO QUE QUEREMOS CONSTRUIR.....	62
REFERÊNCIAS.....	65

1 INTRODUÇÃO – PRIMEIRAS (TRANS)GRESSÕES, DENÚNCIAS E OUTRAS DISSIDÊNCIAS

Abro¹ esse diálogo ponderando as diversas encruzilhadas que caminhei para chegar até este texto. E ponto que irrefutavelmente ele nunca poderá ser dado enquanto acabado. São 15 de fevereiro de 2024, e eu, travesti olindense, decidi sair da inércia acadêmica que tanto me assombrava. Preciso entregar essa monografia!

A trajetória deste trabalho remonta diversos passos, contudo, posso pontuar por hora, que ela começou como “*Reflexões Não Binárias no Ensino de Química*” (2021), título este que nomeia um resumo simples também de minha autoria – junto ao meu orientador e orientadora, Euzebio e Paloma. Passou por “*Qual o Lugar da Pessoa Não Binária no Ensino de Química? Reflexões de uma Professora-Pesquisadora-Militante*” (2021), outro resumo, este expandido, com a mesma autoria supracitada. Após inúmeras tentativas de renomear o título e reencontros com minha identidade, foi numa brincadeira com outras pessoas trans de meu convívio, que cantei desafinada a música “*Como Nossos Pais*”, um clássico de Belchior – que fez sucesso na voz de Elis Regina –, parodiando que não precisaríamos de medo ao chegar à esquina, pois lá estariam nossas irmãs. E assim, cheguei ao título dessa monografia. Foi na ponta de uma esquina, de uma encruzilhada fêmea, que vi a possibilidade de transcrever sobre mim e sobre aquelas que vieram antes, as que me acompanham e as que estão por vir.

Dispo-me assim, da pretensa ciência *cis*-epistêmica eurocentrada que tenta nos expulsar, quando não nos apagar, do que produzimos. Provoco o quão é preciso refletir a ciência para além da *cis*-epistemologia, resgatar saberes e historiografias a partir de transgeneridades passadas, produzir etnografias travestis por si narradas, pavimentar caminhos trans acadêmicos, inspirar horizontes transgêneros de existência. Desta forma, minha narrativa aqui não será linear. As conversas aqui abordadas são pedaços de um corpo em constante diálogo consigo e com a realidade que o permeia. Um corpo que importa. Um corpo que pesa. Uma *corpa* travesti dentro e fora da academia – da formação docente em Química –, não somente para

¹ O texto monográfico está escrito na primeira pessoa do singular, predominantemente, por se tratar de um trabalho de reflexão autobiográfico, pessoal e apenas acompanhado por sugestões da orientadora e do orientador.

constatar de que lugar se fala, mas para ratificar as relações entre pesquisadora e imprescindibilidade da pesquisa.

São nas urgências coletivas que serão tecidas nossas denúncias durante esta monografia. Estamos em guerra! Sim, há uma guerra criada pela sociedade heterocissexista cristã capitalista contra as pessoas transtravestigêneres. É com a arma da transfobia que o (cis)tema estruturalmente ceifa nossas vidas. A transfobia é uma demanda cisgênera. A transfobia é um problema da cis-hetero-norma. Entretanto, os corpos mortos e matáveis são transtravestigêneres. Impossível negar – por mais que tentem – que a comunidade reconhecida enquanto trans sofre inúmeros processos de invisibilização, de apagamentos epistêmicos, necropolíticas (Mbembe, 2018) – esquecimento e morte – pelo Estado. *Que nação sente orgulho da travesti que pariu?*

Enquanto nação, a pátria “armada” Brasil segue pelo décimo quinto ano consecutivo como o país que mais mata pessoas trans e travestis. De acordo com o relatório da Organização Europeia de Transgêneros (TGEU), em 2022, 68% das mortes decorrentes da violência transfóbica aconteceram na América Latina e Caribe, sendo o Brasil responsável por 29,35% delas. Em 2023, o TGEU prevê um aumento de 10% nos casos no ano seguinte. Vale salientar que muitos casos são subnotificados e, quando notificados, recebem pouca atenção. A ANTRA – Associação Nacional de Transsexuais e Travestis – aponta, em documento de 2023, que homens trans, transmasculinos e pessoas não binárias ainda enfrentam grande invisibilização ou ausência de informações sobre assassinatos.

No estado de Pernambuco, por exemplo, no relatório de violência contra a população LGBTTTIA+ intitulado “*Números de vítimas de crimes identificadas como sendo do grupo LGBT em Pernambuco – JAN2019 a MAR2021*”, da Secretaria de Defesa Social (2021), havia somente quatro páginas, das quais duas eram capa inicial e capa final. O relatório ainda omite campos como Nome Social (2016) – política pública de extrema importância para população trans –, Orientação Sexual e Identidade de Gênero, escondendo uma subnotificação alarmante. Ainda denunciando o território em que habito, Pernambuco, o número de transfeminicídios só aumenta. De acordo com a ANTRA (2023), este estado, em 2022, saiu do quinto lugar para o primeiro em assassinatos de pessoas trans no Brasil. Sendo o sexto lugar de estados que mais mataram pessoas transtravestigêneres de 2017 a 2022. É crucial delatar, como aponta o portal Brasil de Fato Pernambuco (2022), que somente nos pri-

meios 45 dias do ano de 2022, no estado, quatro pessoas trans foram mortas, três em um único final de semana.

Contudo, não é só de sangue jorrado nas esquinas, das mortes causadas pela cisgeneridade, que nos colocamos em vida e história. Aponto e anuncio: jorramos também nas universidades públicas, em trabalhos formais, na ciência, na tecnologia, nas artes, na política, na militância, na família, no amor. Referências não faltam: Liniker, cantora e atriz; Linn da Quebrada, multiartista; Majur, cantora; Bixarte, cantora e compositora; Erika Malunguinho, educadora e deputada estadual; Erika Hilton, deputada federal e líder do partido; Danielle Torres, Executiva; Letícia Nascimento, professora e escritora; Amara Moira, professora e escritora; Viviane Vergueiro, pesquisadora; Alice Pagan, professora e pesquisadora; Ana Flor Fernandes, educadora e pesquisadora; Jonas Maria, colunista e produtor; Cae Vasconcelos, jornalista; Janaína Lima, gestora pública; Pepita, artista e mãe; Roberto Betê, influencer e pai; Symmy Larrat, secretária nacional do Ministério de Direitos Humanos, entre tantas outras pessoas trans e travestis. Em Pernambuco, a pluriversalidade também é gigantesca: Nêmesis Lima, multiartista e cientista social; Lucas Buaes, administrador; Jarda Araújo, assistente social e gestora pública; Robeyoncé – advogada e política; Libra Lima, multiartista e DJ; Fefa Lins, artista visual; Amun Há, cantora; Iuellê Cordeiro, cantora e compositora; Aurora Jamelo, multiartista; Willow Ximenes, comunicadora; Sophia Rivera, puta e escritora; Caia Maria, ativista e conselheira estadual; Maré Gonçalves, educador e artista; Jade Mendes, professora de Química; Caeu Fidelis, cabelereiro e produtor cultural; Dayo Ferro, multiartista e arte-educador; Iara Izidoro, artista; Noah Ratis, educador e pesquisador; Gabriella Naja, DJ, produtora, estudante de engenharia; Thomaz Teixeira, atleta; Brenno Ferreira, psicólogo; entre diversas outras galeras. Quanto mais estes corpos, nossas vidas, nossa existência podem?

Existe um desafio muito grande para além dos já citados, que é compreender essas identidades transgêneras em relação com a escola básica, a universidade e outros ambientes institucionais. O (des)entendimento incrustrado na sociedade, em sua maioria proposital, sobre corpos dissidentes, destrói as várias possibilidades para as pessoas trans. De acordo com a Comissão de Diversidade Sexual da OAB (2019), 82% das pessoas transgêneras e transsexuais evadem a Educação Básica. Do Ensino Superior, a ANDIFES (2019) aponta que apenas 0,3% das pessoas discentes são transgêneras. Na Universidade Federal Rural de Pernambuco, somente

em 2022 foi elaborada a primeira pesquisa voluntária para tentar construir um “*Levantamento de alunes transgêneros, transsexuais e travestis*” da instituição, mesmo a IES tendo regulamentação para o nome social desde março de 2015. Neste mapeamento, pude me conectar com outras corporalidades dissidentes que habitam a universidade e dialogar sobre nossas demandas com a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Cidadania. Posso aqui também pontuar que em 2021, na UFRPE, por ser Representante Discente no Conselho Universitário, participei do debate sobre a efetivação da implementação de um insumo, que seria disponibilizado pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão, o Auxílio de Higiene Menstrual, para corpos que menstruam.

Figuras públicas alimentam o ódio, na ideia de angariar eleitores conservadores, como no caso do criminoso deputado Nikolas Ferreira, que em 2022, em sua época de vereança no município de Belo Horizonte, expôs em suas redes sociais uma estudante transgênera em um momento de extrema vulnerabilidade. O Brasil de Fato (2022) informou que o deputado ainda sugeriu um boicote à escola, por deixar a estudante utilizar o banheiro feminino. Em Pernambuco, o BdF (2022), denunciou que duas estudantes trans foram hostilizadas – com xingamentos, comidas e uso do nome de registro – na fila da merenda por outros adolescentes, por tentarem utilizar a fila feminina. É necessário que as pessoas sejam separadas por gênero até para comer? Será preciso informar sua genitália numa fila para merendar nas escolas? Um sistema absurdo. **Assim, como elaborar caminhos pedagógicos em um campo árido, reconhecendo que essa aridez tem uma razão política de exclusão da dissidência, do sepultamento de existências transtravestigêneres em um só lugar?**

Na minha construção política, ainda quando elaborava pensamentos e ações do campo popular no Levante Popular da Juventude, atuei desde janeiro de 2019 na tarefa da Equipe Nacional da Rede de Cursinhos Populares Podemos+, construindo a Educação Popular nas trincheiras da luta do povo. Foi nesta experiência que tive o contato militante com Paulo Freire. Mais à frente trarei pontos de convergência e divergência desse momento. Entretanto, pontuo aqui como este encontro junto aos encontros com meu orientador e minha orientadora, a partir da perspectiva dos Conteúdos Cordiais (2017), delineou passos da minha jornada numa docência de práxis militante – sendo o outro encontro comigo, na minha construção identitária.

Na primeira vez que li *Pedagogia da Esperança* (1992), estava enquanto educanda, no Curso Nacional Paulo Freire, que foi realizado em três etapas, de abril de 2022 a fevereiro de 2023, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo. Neste texto, Freire fala de uma pedagogia que vive “nas esquinas das ruas, no corpo de cada uma e cada um de nós”. Uma pedagogia que parte da efervescência da luta (leio aqui, da vivência, da epistemologia) popular. Em 2023 também, me deparo com o livro *Pedagogias das Travestilidades* (2022), da Maria Clara Araújo dos Passos, que nos presenteia com um apanhado histórico do movimento de Travestis e Mulheres Trans no Brasil e suas ondas. No terceiro capítulo, a autora faz uma leitura de trabalhos de travestis e mulheres trans na academia e delinea um pouco de como essas “Outras Sujeitas” estão produzindo “Outras Pedagogias” em seus meios.

Enquanto travesti educadora popular e estudante de Química na universidade, é impossível para mim pensar o Ensino de Química sem a relação com uma educação para todas, todes e todos – especificamente para discentes travestis, transsexuais e transgêneros. Um Ensino de Química repleto de uma pedagogia do pertencimento, de afetividades, de lugares. Este anseio, que não aparece em todas as minhas produções iniciais, pela própria estrutura tanto academicista, quanto de um campo popular hetero-cis-centrado que me criaram. Mas que surge da epistemologia da pele travesti que em mim habita, e que passou, passa e passará a transcorrer tudo que for transcrito por mim. É nessa necessidade ontológica (esperança freiriana) de tecer uma Pedagogia Transgênera para o Ensino de Química, que não somente inclua, mas que desmantele as mentiras trazidas pela marafunda colonial sobre os corpos e suas patologizações, que aponte referências, que dialogue em uma linguagem de pertencimento que iremos seguir.

Tramas traçadas, o trabalho foi organizado a partir da escrita narrativa e epistemologia de uma vida travesti e apoiado na seguinte questão balizadora: entendendo que o processo formativo docente está imbricado pela relação identidades, existências e aprendizagens pedagógicas, **Qual a importância e quais as contribuições e possibilidades pedagógicas, didáticas e políticas que as epistemologias de (trans)formações de uma professora travesti apresentaria para o Ensino de Química?**

Assim, o objetivo geral desta monografia é **propor a inserção sobre corpo e sexualidades outras no Ensino de Química, tecendo as primeiras linhas, ainda embrionárias de uma Pedagogia Transgênera na Educação Popular, a partir**

da epistemologia de uma travesti, professora, pesquisadora e militante. E para que seja efetivado e provocar respostas para o problema de pesquisa apresentado, delineamos objetivos específicos, nem todos diretamente associados a atividades de pesquisa, mas ainda assim fundamentais:

- a) Elaborar um texto monográfico dissidente a partir da construção de um texto imbricado em uma autoetnografia travesti;
- b) Denunciar, por meio de uma revisão bibliográfica e de mídia, a realidade de travestis, transsexuais e transgêneres no Brasil e em Pernambuco;
- c) Analisar as produções e ações pedagógicas para pessoas trans e travestis no Ensino de Química;
- d) Desenvolver propostas didáticas, em um tecer provocativo que ecoaria de uma Pedagogia Transtravestigênera para o Ensino de Química, centradas na discussão sobre identidades dissidentes;
- e) Projetar futuros caminhos para a consolidação de pedagogias transgêneras no Ensino de Química.

Para alcançar estes objetivos, este trabalho encontra-se estruturado em seções, incluindo esta introdução, abordando reflexões, contextualizações do tema, problemáticas, justificativa e objetivos. Na seção dois, começaremos a apresentar uma continua autoetnografia, mais aportes teóricos sobre a escrita de si enquanto empoderamento e visibilidade de existência, as narrativas autobiográficas no contexto acadêmico, e autoetnografias transtravestigêneras na assistência social, educação e Ensino de Química.

Na seção três, falaremos sobre os potenciais encontros, convergências e, quando necessário, divergências entre a Pedagogia da Autonomia, de Freire (1996) e a Pedagogias das Travestilidades, de Maria Clara Araújo dos Passos (2022). Traremos também as vivências dentro do campo popular da militância e dentro da academia, no curso de Licenciatura em Química, além de como está o panorama das produções cis-acadêmicas sobre a temática da transgeneridade.

Já na seção quatro, traremos uma reflexão pungente das vivências, das conversas, das produções, do movimento, que rumam para o que chamaremos de Prelúdio de uma Pedagogia Transgênera. Além disso, provocar, tecer, solfejar possíveis propostas e vislumbres de um Ensino de Química, que instigue encontros, que surjam das demandas concretas da população trans, e que precisam ser traduzidos

para os intramuros da sala de aula (seja ela na Educação Básica, seja no ensino universitário).

Por fim, na quinta seção, traremos as considerações finais, que ‘apesar dos pesares’, nos convocam a uma tarefa, ou melhor, responsabilidade com práxis docente militante que queremos criar e fazer reverberar em sociedade, em prol da vida das pessoas trans. Posto isto, caminharemos a seguir sob alguns aportes teóricos que nos direcionarão a compreender e tensionar mais as reflexões que estão sendo apresentadas.

2 AUTOETNOGRAFIA E TRAVESTILIDADES – A NARRATIVA DE SI PARA PESSOAS TRANSTRAVESTIGÊNERES, UM PASSO PARA EXISTÊNCIA E SEUS REFERENCIAIS

Nesta seção, busco destacar a potência da narrativa autobiográfica, da autoetnografia, da escrita de si, como verdadeira saída para a construção de novas óticas acadêmicas para além daquelas constituídas no seio das epistemologias cisgêneras. Não tenho a proposição de criar hierarquizações de conceitos. Nem de negar possibilidades epistêmicas de outrora, visto que estas me formaram e me possibilitam, inclusive, questioná-las. Aqui, pretendo propor outros caminhos possíveis, especificamente para aquelas pessoas tidas como minorizadas em suas vivências, que essas caminhadas importam e são educadoras, e merecem/devem ser ouvidas/escritas.

Deste modo, este capítulo está dividido em três momentos. No primeiro, trago arcabouços teóricos da escrita de si enquanto metodologia possível na academia, e questiono o que a vida de uma Travesti, dentro de um espaço incrustado de cis epistemologias, consegue desalojar. No segundo momento, exponho aportes do uso da narrativa autobiográfica dentro do Ensino de Química, bem como autoras e autores que vêm utilizando do deslocamento epistêmico para dar voz a outras vozes historicamente apagadas do processo de constituição da ciência. E, por último, apresento trabalhos propostos e escritos por pessoas transtravestigêneres para pessoas transtravestigêneres – na assistência social, na educação, e no Ensino de Química. E como é possível a narrativa de corpos dissidentes produtores de ciência ancestral e transgênera na academia.

2.1 AUTOETNOGRAFIA, REFERENCIAIS E REFLEXÕES DE UMA TRAVESTI PESQUISADORA

A possibilidade de narrar-se é tão poderosa que hoje tem se configurado como estratégia metodológica urgente e necessária para pensar e produzir academicamente *sobre* e *para* pessoas trans. A demarcação da palavra-conceito *trans* é apontado por Letícia Nascimento, em seu livro *Transfeminismo* (2021), como um termo guarda-chuva que abarca as identidades não cisgêneras. Estariam contempladas as identidades transexuais, travestis, mulheres transgêneras, homens transgêneros, pessoas trans não binárias e transmasculines. Aqui, caminharemos pelo termo transtravestigêneres, por ser uma combinação dos termos “transgênero” e

“travesti”, que também possibilita a compreensão de infinitas identidades sociais. É importante também ressaltar, que nesse processo de definição e escrita, a possibilidade autônoma da pessoa trans em se apresentar ao mundo da melhor forma que queira, para reforçar seu papel político, é uma condição de existência primordial, para além dos termos.

Ao questionar quem produz academicamente sobre as pessoas trans é necessário demonstrar que a universidade ainda está dando seus primeiros passos no acesso e permanência dessa população. Segundo o INEP (2020), nos anos de 2015 a 2018, um total de 1240 pessoas trans se inscreveram para realizar a prova do ENEM. Este rastreamento é possível por meio da política de solicitação do uso do nome social para realizar a prova. A realidade do Ensino Superior também reflete desigualdades. Para Scote e Garcia (2020), apenas a aceitação, aplicação e legalização do uso do nome social não é suficiente, visto que, segundo os autores, faltam programas específicos de acesso e permanência, pagamento de bolsas, e políticas educacionais específicas para as pessoas trans universitárias.

A ciência e seus *cis*produtores não legitimam os saberes produzidos dentro e fora da universidade por pessoas trans, numa estratégia de apagamento e morte que se repete, independente da pessoa trans ser doutora, reitora, militante ou alguém que está sentada em uma palestra ouvindo um homem cisgênero falar por ela. Ao tensionar a mudança de objeto para sujeito em se tratando de pessoas trans, as autoras Iazzetti e Facchini (2019), entrevistaram aquelas já presentes no ambiente universitário. As entrevistadas demonstraram que há um entendimento da universidade como um espaço seguro, em confronto com um ambiente domiciliar violento, em que teriam voz e conheceram até outras pessoas trans universitárias. Porém, denunciaram certo exotismo de suas figuras e as ausências das discussões de gênero a partir desse lugar de trans-existência, tendo uma formação extremamente cis e hegemônica.

Para tornar visível o que já está presente, diversas pesquisas têm utilizado aportes teóricos oriundos da etnografia e entrevistas para se aproximar das pessoas trans e travestis e ouvir o que elas têm a dizer (Oliveira e Romanini, 2019; Rovai, 2020; De Pontes e Silva, 2018; Braz, 2017; Mello e Magalhães, 2021). Assim, teríamos uma possibilidade de trazer à existência (Scott, 1998), o discurso e os corpos dessas pessoas sem que elas sejam olhadas de fora, como objeto. Seria a escrita

de si, a escrita narrativa, uma possibilidade para fazer um deslocamento epistêmico na pesquisa e ensino de Química?

A escrita de si, também chamada de escrita narrativa ou autobiográfica, é aquela que se ocupa da vida e que é protagonizada pela pessoa em questão, evidenciando escolhas, cronológicas ou não, para escrever sobre sua existência e seu processo de formação como sujeito. Também faz parte de pesquisas que incluem a história de vida como ponto de partida para analisar as temáticas e atravessamentos que constituem a pessoa, e permite pensar as identidades não apenas como algo único, mas em constante construção e movimentação.

Para Souza (2006), a escrita narrativa é, em si, formativa, pois, ao registrar sobre sua experiência, sujeitos reavaliam os variados lugares de aprendizados durante a vida. Esses aprendizados podem ocorrer na universidade, mas a maioria fora dela. No cotidiano, como professora, em diversos espaços de formação política e de fala aberta, em construtos coletivos como militante e em espaços familiares saudáveis que raramente corpos trans e travestis têm a oportunidade de habitar.

Ainda para Souza (2006), a potencialidade da narrativa se encontra em sua dupla perspectiva de investigação e formação, por questionar todo o tempo as experiências e os fenômenos advindos dessa experiência. Também faz parte do processo educacional a escuta, confronto e vivências com experiências sóciohistóricas, que ensinam e se modificam à medida que determinadas e variadas pessoas ocupam certos lugares. Uma *corpa* travesti modifica qualquer lugar em que esteja, será que há espaço para ouvir-lhes na universidade? Uma narrativa de vida que questiona ciência, transgeneridades, política, Ensino de Química, pesquisa e docência, tem espaço em uma academia abarrotada de cis-epistemologias?

A escrita narrativa estaria definida como uma escrita em que acontecimentos e fatos narrados em primeira pessoa serviriam como estratégia metodológica de investigação, alternadas ou não com uma crítica pessoal e também articulada com alguma outra estratégia metodológica associada (Silva e Maia, 2010). Nas áreas de Ensino e Educação, as narrativas de história de vida têm se mostrado como potentes produtoras de investigação, pois a partir de uma epistemologia própria – a possibilidade livre de escrever sobre si – vem se questionando a práxis e os lugares do saber.

2.2 A ESCRITA DE SI, O ENSINO DE QUÍMICA E SUAS POSSIBILIDADES

Uma única vida informa sobre educação e uma vida trans ou travesti informa mais ainda, entendendo que a escolarização ou a falta dela se dá através da relação entre sujeitos. Ler, ouvir e escrever sobre si é uma prática que faz com que sujeitos elaborem uma tomada reflexiva sobre docência e formação, especialmente na Química, em que, muitas vezes, ainda temos um ensino universitário carregado de ações e perspectivas teóricas cartesianamente transfóbicas. Sob a desculpa da objetividade científica mantém o Ensino de Química heterocissexista, despreocupado com as desigualdades e de olhos fechados para a vida e narrativas daquelas, daqueles que são formados nos cursos de graduação e pós-graduação.

Nos últimos dez anos, o número de pesquisas que se ocupam das histórias de vida de professoras e professores de Química ou de discentes em formação tem crescido e se estabelecido em diversos grupos de pesquisa pelo país. O trabalho de Rocha e Sá (2019) investigou a história de vida de três professoras de Química do Ensino Médio da região sul da Bahia, centrada nos escritos autobiográficos delas. Por meio dos relatos pessoais, as pesquisadoras puderam inferir reflexões sobre a influência da família na escolha profissional, sobre o processo de formação inicial e continuado, sobre experiências na escola e sobre futuro. As desigualdades e dificuldades relacionadas a trabalho, condições econômicas e etarismo estavam presentes nos diários das professoras, mas a pesquisa não se deteve a questionar perspectivas de gênero ou de raça.

Alcione Ribeiro, autora da dissertação *“Histórias de Vida e Formação de Professores de Química”* (2007), também se utilizou da história de vida de um professor de Química como estratégia investigativa. Mergulhando na vida de Jailton, homem cis, casado e com três filhos, que era pedreiro no semiárido baiano antes de se tornar professor, a autora elencou toda a experiência prévia ao processo formativo do docente, refletindo e criticando o atravessamento dessas experiências (boas, ruins, de desigualdade social e econômica) na constituição do Jailton docente. Sobre Química e seu ensino, Jailton afirmou, em sua narrativa, que não teve contato com a disciplina em sua Educação Básica e reproduzia tudo aquilo que entendia ser o correto: elaborava esquemas no quadro e realizava um ensino expositivo, repetindo o que estava no livro (Ribeiro e Bejarano, 2012).

As histórias de vida também dão um panorama na formação mesmo dentro de um programa que visa à formação ainda durante a graduação. A pesquisa organizada por Machado, Receptuti e Vogel (2020), se concentrou em analisar a história de vida de duas licenciadas em Química que participaram do PIBID na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Diferente das pesquisas anteriores apresentadas, a narrativa de cada uma das professoras foi obtida por meio de entrevistas. Cada uma expôs reflexões acerca da participação no programa de iniciação à docência, em contraste com o cotidiano da escola e a vivência com a comunidade escolar. Ao contrapor as duas narrativas, é possível perceber o potencial metodológico das histórias de vida, ao demonstrar similaridades e contradições entre duas professoras formadas no mesmo ambiente.

Vale apresentar, também, um trabalho de conclusão de curso, intitulado “*Descobrimo os limites da minha formação por meio do ensino de química dentro de uma penitenciária feminina*”, de autoria de Andréia Carvalho da Silva (2014). A narrativa é completamente autobiográfica e em primeira pessoa e a professora-autora vai tecendo as memórias sobre o período em que foi docente em um ambiente em que poucas gostariam de estar, visibilizando não só as suas complexidades como mulher, professora e profissional, mas também a história de vida de todas as mulheres com quem conviveu. No texto também há espaço para problematizações sobre um Ensino de Química que alcance a população encarcerada, sobretudo negra, a partir de ponto de partida feminista.

Por fim, trago o capítulo de livro de Ana Carolina Amaral de Pontes e José Euzebio Simões Neto (2017), “*A fada madrinha da passabilidade: hormônios e o ensino de Química*”. O texto traz a escuta de jovens trans – além da convivência nos espaços educacionais de um pré-vestibular solidário – para tratar da existência e batalha na busca (não necessária, mas sempre imposta) pela passabilidade cisgênera. Este foi o primeiro trabalho que li sobre pessoas trans no Ensino de Química, escrito por pessoas cis, mas de grande importância na minha formação inicial na licenciatura. Por mais que dialogado em uma ótica cis epistêmica, este trabalho também aponta a importância da voz em primeira pessoa (daquelas pessoas que realmente vivem suas realidades) para abordar suas próprias demandas, em escolha de uma ciência acadêmica mais humanizada.

Portanto, que há potencialidade nos estudos em primeira pessoa, autobiográficos, de história de vida ou narrativos em trazer à existência, questionar políticas

estanques, mexer com as amarras presentes nos formatos acadêmicos, deslocar os princípios e colaborar por um Ensino de Química diverso, tal qual um corpo transtravestigênera. As pesquisas com essa temática ou estratégia metodológica são ainda muito escassas e existe muita resistência em perceber cientificidade em trabalhos dessa natureza, o que só demonstra o quanto ainda é necessário avançar para que metodologias dissidentes possam ter espaço no Ensino de Ciências e de Química.

2.3 TRANSGENERIDADES AUTOETNOGRÁFICAS, EXISTÊNCIAS E PORVIR

Nos primeiros trabalhos que escrevi deslocando as visões hegemônicas de gênero, em 2021, pensava ser possível separar minhas narrativas em “Corpo-Território-Identidade”, “Corpo-Território-Político”, e “Corpo-Território-Formação”². Narrativas curtas, articuladas para o debate da transgeneridade e academia. E por mais que efetivo para aquele texto, hoje compreendo que essas interfaces, passíveis de análises sectarizadas, fazem parte de uma totalidade travesti – a minha. E constituem uma narrativa única, complexa e em constante produção de si.

Ao pensar narrativas transtravestigêneras, vejo reflexões de uma jornada pessoal de autorreconhecimento. Tra-ves-ti. Quantos passos foram necessários para chegar a este atual momento, ainda inacabado? A caminhada de (des)entendimentos – por vezes, uma corrida de (in)conformidades – dentro de um mundo colonizado, no qual imperam lógicas dicotômicas, sempre foi uma caminhada para se distanciar do não lugar. Uma corrida dolorosa para sair do não pertencimento. Meus vislumbres de mim, no meu encarar no espelho, ainda pesam formas e reformas que debato em mim, se são construções ou são reconstruções de dores recorrentes do sistema? Travesti. Travesti FEMININA.

Não pretendo remontar grandes passos desde a infância até hoje, nem ser linear nos momentos que aponto narrativas de mim. Recortes de uma infância de criança nordestina – pernambucana – afeminada, de uma pré-adolescente se negando ao amor por achar que amava errado, de uma adolescente bicha – afeminada, até mais que hoje em dia – sempre maquiada, de shorts curtíssimos, argolas e nenhum pelo no rosto, de uma não binária adulta, universitária, com pelos no rosto,

² Refiro-me a um texto publicado em que escrevi uma narrativa que partia de uma perspectiva autobiográfica para pensar esse tripé identidade, participação política e formação como docente e pesquisadora na Licenciatura em Química, sendo um corpo travesti. Este trabalho foi publicado no XIV Encontro de Educação Química da Bahia, em 2021.

quebrando padrões dicotômicos, até a travesti de hoje, hormonizada, sonhando com as próteses, estudante (de duas graduações), CLT e com uma vida transcetrada.

É significativo, porém, ouvir da minha irmã (via *Instagram*), numa publicação de quatro stories, no dia 19 de junho de 2023 que eu “sempre fui mulher”, “sempre tive jeito de mulher”. De forma alguma, naquele momento, eu a corrigiria e diria “mulher não, travesti”. E que nem sempre, pois me construí socialmente. Ou questionar o que seria o jeito de uma mulher? É pertinente destacar que a temática que incitou sua abordagem sobre o assunto por meio da plataforma reside na controvérsia instigada pela facção conservadora de cunho evangélico neopentecostal acerca da validade da presença e existência de crianças transgêneras no contexto da Marcha Trans 2023. O aspecto mais simbólico presente neste contexto reside na constatação de que, mesmo sem ter dialogado explicitamente a respeito dessa temática com minha irmã, sua experiência sendo irmã de uma travesti proporcionou-lhe a compreensão da realidade da existência de crianças transgêneras. Torna-se evidente, assim, que a representação da minha corporeidade durante a infância, que foi coercitivamente categorizada – designada – como “masculina” pela normativa heterocissexista, jamais correspondeu à autenticidade intrínseca do meu ser. Que era de se construir ao seu modo, no seu tempo. Desta forma, provooco e afirmo que a existência transtravestigênera se revela como uma entidade de caráter profundamente educativo.

Um outro momento poderoso na minha trajetória, foi quando eu mencionei a intenção de realizar a retificação do meu nome de registro (o tal nome morto) para mãinha, e questionar se ela teria intenção de participar da nova escolha, e confesso ter interrogado se ela estaria bem com o processo. Mãinha, como sempre divina, respondeu a frase que guardo comigo até hoje: *“Quando escolhi teu nome, eu acreditava em outra coisa, hoje eu acredito em você”*. Eu também deveria acreditar em mim. Acreditar na Mãinha. Faço menção neste contexto que o descrito, infelizmente, não coesiona as trajetórias preponderantes da comunidade transtravestigênera. As manifestas violências que atingem a população trans já foram citadas anteriormente, e frequentemente se originam a partir do que se suporia ser o âmbito de acolhimento familiar. Surge, assim, uma evidente demanda por uma reavaliação e redirecionamento educacional da estrutura da “família tradicional brasileira”.

É sob essa visão que também direciono minha atenção na relação com minha sobrinha – ela tem 10 anos. Ela representa uma projeção do porvir, um futuro de

possibilidades outras, um horizonte em construção. Observar a constante relação dela comigo – me chamando de mãe –, e com outras pessoas trans que compartilhamos convívio. De um episódio, em que em uma atividade escolar, ela precisou desenhar a família, e a representou com duas tias travestis – eu e Nêmesis. Qual será que foi o impacto de uma criança – na época de 8 anos – falar na sala, para uma docente e outras crianças, que tinha pessoas trans na família? Outro momento no ambiente escolar, numa aula de educação física, discordou e brigou com o docente – um homem cis – porque este queria dividir os brinquedos em brinquedos de “menino” e de “menina” para turma poder escolher com o que iria brincar. Além de apontar sua compreensão de que meu namorado, um homem trans negro, compartilha com ela a possibilidade da menstruação e do poder gestar.

É diante desses cenários que afirmo: a existência trans é, em si, educadora. Não tenho como intenção romantizar minhas relações familiares e dizer que não há altos e baixos. É tudo um constante aprendizado. E isto se permeia nas outras instituições sociais, no caso que transcorrerei adiante, nas instituições educacionais.

A universidade é um espaço obviamente cisgênero, particularmente branco, hétero e classista. Contudo, com os poucos avanços (acesso e permanência) que socialmente estamos conquistando, é também possível apontar as IES como espaços de seguridade e pertencimento. Estamos “colorindo” a Educação Superior brasileira. Quantas de nós, mesmo nas dores, conseguimos ser nós mesmas na universidade? Quantas de nós, depois do pioneirismo de Maria Clara Araújo dos Passos, não puderam utilizar o nome social nas suas universidades? Ingressei na UFRPE em 2016, um ano depois do manifesto pelo nome social (2015), de título “*Meu manifesto pela igualdade: sobre ser travesti e ter sido aprovada em uma universidade federal*” da autora supracitada, ao ser aprovada em Pedagogia na UFPE.

A instituição universitária, assim como o setor educacional em sua totalidade, se configura como um campo permeado por dinâmicas de conflito – um espaço em disputa. Tal dinâmica remete a um panorama que se estende para além da academia, englobando também a esfera escolar. Frigotto (2012) aponta para a natureza dual e assimétrica que caracterizou a escola desde o seu estabelecimento. Não há, nesse ambiente, uma conversa entre conhecimento/docente/discente. Como Freire (1996) colocaria, “não há comunicação, há comunicados”. A educação vigente não apenas adota uma abordagem bancária, mas também, e de maneira complementar, adentra o âmbito das práticas educativas que operam por meio de processos de in-

visibilização, negligenciando a pluriversalidade de modos de ser e de existir. Essa combinação, por sua vez, origina-se da histórica estrutura colonial, moldada por uma classe dominante detentora dos meios de produção (capital), e como já dito, é uma classe cisgênera, hétero e branca.

Compreendendo que este ambiente é incipiente de produções deslocadas da cis epistemologia, é fulcral dialogar sobre caminhos construídos na travestilidade e transgeneridade, especificamente em narrativas de si. Numa epistemologia da pele transtravestigênera, de diálogos pajubá, de ciências por outros sujeitos. Assim, evidenciarei três trabalhos, dois escritos por travestis e um escrito por um homem trans, na perspectiva de difundir e reafirmar o ponto dessas narrativas. São estas pessoas: Jarda Maria de Andrade Araújo, do serviço social (UFPE, 2021), Maria Clara Araújo dos Passos, da educação (PUC-SP, 2022) e Heitor Levi Alves de Menezes, do Ensino de Química (UnB, 2022).

O trabalho de Jarda Araújo, que aqui delinearei, é em coautoria com um homem cis, Gabriel Cruz. Na monografia intitulada “*TRAVESTI NÃO É BAGUNÇA: uma análise sobre existências travestis, colonialidade e acesso à saúde*” apresentada em 2021 na UFPE, a escrita em primeira pessoa evidencia que a temática parte de uma realidade experienciada pela autora. A pesquisa vem de uma necessidade ontológica de dialogar sobre existências e reexistências travestis e seus apagamentos ao acessar os serviços de saúde numa sociedade infectada pelo poder da colonialidade, mostrar como ela subverteu a pluriversalidade dos povos “conquistados”, de acordo com Quijano (2005), em uma realidade de dicotomias binárias. Como o movimento de travestis no Brasil potencializou os avanços aos acessos e na formação dessas sujeitas de direito no sul global, e como hoje se encontra a portaria do Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS), tomando como base o Espaço Trans no Hospital das Clínicas (UFPE).

A autora se dispõe da história do movimento travesti no Brasil para elucidar como este foi precursor dos avanços que hoje usufruirmos ao acessar os espaços de saúde, educação, entre outros. No primeiro momento contextualizando o período sombrio da ditadura militar e como o Estado introduziu aparatos morais, que penalizavam todas as corporeidades que não estavam enquadradas à cis-hetero-norma. E que, mesmo com os avanços da década de 1970, com os movimentos sindicais da classe operária, o Estado ainda manteve e, junto à mídia, naturalizou as violências contra a população Travesti. No segundo momento, Jarda Araújo (2021) aponta que

mesmo com os avanços coloniais sobre as travestis, “as travestilidades não se constituem na fragilidade e subalternidade”. Assim, mesmo em contexto de precariedade social e com ruídos cisgêneros internos do movimento LGBT, o movimento travesti se fortaleceu e organizou sua luta, a partir de figuras de mulheres transexuais e travestis, nos organizando um futuro possível. Vitórias como a inserção da letra T na sigla da comunidade LGBT, o surgimento e criação de entidades organizadas por pessoas transtravestigêneres, como a ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados –, sendo a primeira associação do Movimento Social Organizado Travestis (FONATRANS, 2020), a criação da ANTRA – Articulação Nacional de Travestis e Transexuais –, a portaria do Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde em 2008, atualizada em 2013, nome social em 2015, entre outras.

Por fim, a autora reflete, a partir da sua experiência no estágio dentro do ambulatório do Espaço Trans do Hospital das Clínicas da UFPE, como é imprescindível reestruturar a biomédica cisgênera operante, a partir das epistemologias travestis, impedindo a perpetuação da travestifobia nos espaços de saúde. Como é necessário olhar para saúde da população LGBT para além de ISTs, e especificamente da comunidade T, enquanto hormonização e processo transexualizador. Entender os espaços de saúde direcionados a esta população como espaços de segurança e trocas entre as pessoas atendidas, e que necessitam de maior aporte financeiro para ações mais amplas e efetivas. Tal reflexão resulta na conclusão de que é na ousadia e na decisão de se manterem vivas, que nós, travestis, estamos derrubando as amarras coloniais daqueles que nos querem mortas, educando o país.

Nos primeiros contatos com Jarda – estes no dia a dia –, sempre tive como referência as suas colocações. Os questionamentos sobre “*queer* e suas territorialidades”, seus apontamentos sobre não binariedade. Nas suas falas, eu me vi possível. Assim, encontrar-me com o trabalho de Jarda, me trouxe os primeiros momentos com a historicidade do movimento de pessoas trans e travestis na academia. Ao observar as denúncias sobre a estrutura de saúde no seu trabalho e os poucos ambulatórios LGBTs de atendimento especializado, consigo conjecturar o paralelo de como só consegui acessar uma hormônioterapia humanizada – antes me automedicava –, após pedir para entrar junto com Nêmesis para falar com o endocrinologista que a atendia durante a consulta. Não havia possibilidade de agendas para mim pelos próximos quatro meses. O que havia sido me dito foi que não estavam fazendo novos acolhimentos naquele ambulatório. Se não fosse minha cara de pau em falar

que já estava me hormonizando há um ano e meio, por conta própria e com a indicação de outras travestis, eu não teria sido atendida. É preciso, como aponta Jarda em seu trabalho, radicalizar a saúde e seus acessos a pessoas trans e travestis.

Ao pensar na educação, o TCC-manifesto (2020) de Maria Clara, intitulado “*Pedagogias das Travestilidades*”, e seu livro de mesmo nome (2022), constituem uma análise crucial. Nestes escritos, a autora não apenas compartilha sua própria narrativa em primeira pessoa, mas também apresenta uma compreensão mais ampla da trajetória do movimento social organizado de travestis e transexuais no Brasil, ilustrando como este movimento é inspirador/construtor de saberes, a partir de sua práxis político-pedagógica. Foram essas construções que possibilitaram que as pessoas transtravestigêneres de hoje – eu inclusa –, estejamos nas universidades, retoolimentando o movimento em outras trincheiras, no que a autora vai pontuar como terceira onda desta organização popular.

No primeiro capítulo de seu livro – após as sábias primeiras inquietações que posiciona de que lugar a autora irá conduzir a narrativa –, Maria Clara nos desenrola um roteiro de apresentação e conceitos sobre os movimentos sociais (aqui aponto que eu, Mar, prefiro chamá-los de movimentos populares) e como a atuação desses movimentos na busca por direitos e emancipação nos fez avançar numa sociedade de sujeitos de direito. Com aportes teóricos, a autora aponta o porquê de estudar os movimentos populares a partir da perspectiva de suas disputas educacionais.

Para mim, o encontro com esse texto me fez refletir, inclusive, sobre que formação dentro da educação popular eu estava disposta a construir. Tornou-se urgente estar em espaços onde as corporalidades travesti fossem vistas em suas potências e como sujeitas organizativas verdadeiramente pertencentes. Já que, como apontam Maria Clara (2022) e Freire (1992), e aqui reitero, a práxis educacional de um povo é o que fundamenta suas concepções de mundo. E é imprescindível que essas estejam alojadas distante de quaisquer reproduções coloniais do saber. Assim, a autora finaliza o capítulo apontando a necessidade de conhecermos estes outros saberes e como a agência do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil constituiu uma pedagogia e modificou a realidade do país.

No segundo capítulo, a pesquisadora adentra o desafio de resgatar a historicidade do Movimento Social Organizado de Travestis e Transexuais no Brasil. Assim como no trabalho de Jarda Araújo (2021), Maria Clara discorre como o final de 1979

foi crucial para o início da organização deste movimento, que despontaria na construção da primeira organização travesti em 1992, dado a massiva incidência de perseguição policial a esta identidade, como apontam Ocanha (2014 *apud* Passos, 2022) e Green (2018 *apud* Passos, 2022). Vale salientar que as perseguições continuaram mesmo com redemocratização do país, nos anos 2000, e se perpetuam nos emaranhados sociais de hoje. No caminhar do texto, Maria Clara vai desenhando, com aportes teóricos, o que seriam as ondas – marcos temporais – desse movimento.

A primeira onda sendo o marco da criação da ASTRAL, e seus desdobramentos na construção de um projeto político coletivo de acesso à cidadania. Nesse momento, o texto evidencia as contradições existentes nas relações do movimento de travestis com o movimento homossexual e as relações díspares nas existências de travestis e mulheres transexuais. A segunda onda vem com o intuito de firmar e legitimar as demandas desse movimento perante o Estado. Num caminho galgado por essas identidades, o diálogo com os governos foram crescendo aos poucos a partir de figuras travestis e entidades organizadas do movimento. Sugiro aqui a leitura do livro da autora, para que os nomes dessas travestis e mulheres transexuais sejam mais bem compreendidos e abordados. Um dos maiores pontos de inserção política neste contexto foi nas práticas de saúde.

Na terceira onda, de 2010 a 2020, temos o que Maria Clara vai apontar de transfeminismos e a educação formal enquanto ponto fulcral. Dessa onda, coloco a importância de como os diálogos entre as protagonistas do movimento travesti e as transfeministas possibilitaram avanços significativos para a comunidade transtravestigênera.

No terceiro capítulo, a autora nos apresenta propostas pedagógicas advindas do que ela vai nomear Pedagogias das Travestilidades, a partir dos trabalhos acadêmicos de Marina Reidel (2014), com a “*Pedagogia do Salto Alto*”, de Adriana Sales (2018), com a tese “*Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades*”, e Thifanny Odara (2020), com “*Pedagogia da Desobediência*”. Essas pedagogias – escritas por travestis – constituem o que a autora aponta como um “conjunto de outras possibilidades pedagógicas orientadas pelo ponto de vista das travestis e transexuais enquanto educadoras-educandas, dentro das escolas e universidades ou fora delas, atuando na sociedade”. A autora comenta como essas pedagogias são fundamentais para a construção

de um projeto político do Sul Global, mostrando outras realidades possíveis contra a opressão transfóbica.

Assim, chegamos ao Ensino de Química, com Heitor Levi, que em seu trabalho de conclusão de curso, de título “*Química e Direitos Humanos: um caminho para combater a transfobia*”, oferece uma abordagem que revisita o arranjo tradicionalmente cisgênero do ensino desta ciência. O autor propõe a construção de uma perspectiva mais inclusiva, adotando uma etnografia orientada pela experiência transmasculina, como uma alternativa para a reestruturação do ensino. Cabe ressaltar que, inicialmente, neste capítulo, aludi à pesquisa etnográfica focalizada em experiências travestis – dado que falo do meu lugar de partida. Contudo, ao investigar o panorama da educação em Química relacionada a esta temática, me encontro com a monografia de Heitor. Neste contexto, optei por abordar esta seção sob o viés das etnografias transgêneras, uma vez que é inegável que homens trans e pessoas transmasculinas estão contribuindo ativamente para a produção científica.

No início de sua pesquisa, o autor, que se identifica como pessoa trans ao longo do texto, elabora um prelúdio intitulado “Surge um novo pesquisador no ensino de Química”, no qual evoca seu conhecimento de si e como, a partir deste lugar, passou a questionar e querer contribuir para a reconstrução de paradigmas no âmbito científico. Com isso, tece o primeiro capítulo de sua monografia, apontando conceitos e os comportamentos sociais que orbitam os corpos transtravestigêneros, além de refletir sobre a presença, ou a ausência, destas identidades no contexto educacional. Os alicerces teóricos mobilizados abrangem obras de renomadas referências, tais como Butler (1993), Bento (2008), Louro (2003), Foucault (1985), bem como outros referenciais educacionais cis pertinentes, no que concerne aos respaldos legais da abordagem de uma educação em direitos humanos em sala de aula, e da relevância do Ensino de Química enquanto campo de batalha e validação dessas identidades.

Convém ressaltar, que neste capítulo, o autor proporciona uma rápida incursão pela literatura acadêmica predominante, composta por trabalhos cisgêneros no campo da Química, que abordam questões relativas a experiências transgêneras. Assim, oferece um registro representativo do atual estado das discussões sobre a temática. Ao término do capítulo, o autor delinea o que chamarei aqui de “*Indícios de uma Pedagogia Transgênera*”, ao propor uma abordagem didática fundamentada em sua própria experiência como pessoa trans, visando à aplicação dessa perspec-

tiva no Ensino de Química, concebendo uma estratégia pedagógica para uma educação desalojada da cisgenderidade, caracterizada pela visibilidade, pertencimento e afetividade.

Nos capítulos seguintes da monografia, Heitor Levi escreve sobre a metodologia do trabalho e os resultados e discussão de seu encontro com outros seis profissionais de educação, ao apresentar a Oficina Pedagógica de título “*Química e Direitos Humanos: um caminho para combater a transfobia*”. Como ponto fulcral das análises dos seus resultados, reflito como a estrutura educacional – leia-se aqui, espaços educacionais –, é articuladamente construída para eximir as diferenças ao destacar isonomias ilusórias de existência, e arquitetar-se a impedir outras possibilidades de educação. Pode-se dizer que autor também evidencia essa questão, ao colocar que, dentre os pontos que emergiram nos diálogos com as/os profissionais, “limitações sociais”, como contexto escolar e familiar, e “preparação da escola”, como a equipe da gestão compreender a importância da temática, aparecem como questões denunciativas do panorama em que se encontra a educação.

Por fim, ao olhar para os apêndices do trabalho, temos o que poderíamos chamar de Produto Educacional, produzido por Heitor, no que reitero ser os “*Indícios de uma Pedagogia Transgênera*”, e é baseado na estrutura disponibilizada por Candau (2016), autora cisgênera, por ser uma Oficina Pedagógica. Heitor propõe o uso da temática da transgeneridade em sala de aula para além de suas possíveis correlações com a Química, e aqui o potencial é reforçar outras imagens de pertencimento e existência. Os materiais de apoio são de pessoas transgêneras. Vídeo de João W Nery, texto escrito pelo colunista Arthur Borges, vídeo de Jonas Maria, músicas de Nick Cruz e Linn da Quebrada, além de relato de si. O recado é objetivo: não é possível discutir transgeneridade em sua integralidade sem a participação protagonista de pessoas transtravestigêneras.

3 DIALOGANDO FORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO POPULAR E NA LICENCIATURA EM QUÍMICA – ONDE ESTÃO AS VOZES DISSONANTES NO ENSINO?

Dissonantes. Quem são as corporeidades desarmônicas que se constroem de dentro para fora, para além e no limite, das caixas branco-cis-hetero-patriarcais? O que podem essas identidades discordantes? Podem esses seres, subjugados aos diferentes espaços do ‘não-lugar’, falar de si? Spivak (1988/2018) já nos alertava: as/es/os subalternas/es/os podem sim falar. Dado que aquelas e aqueles comumente apedrejados, condenados, esfarrapados, humilhados, oprimidos, ceifados, podem falar, olhar para estrutura social constituída nas violências da colonialidade nos responde primariamente porque, para estas, não foram dadas as possibilidades de expressão. Corpos vistos como disruptivos deteriorariam a falsa ordem cis hétero branca criada dentro do Estado Capitalista. Quando olhamos para as pessoas trans, estatísticas previamente apresentadas apontam para ausência destas na Educação Básica, afastadas pelas violências e não pertencimento do ambiente escolar para esses corpos e, conseqüentemente, a ausência no Ensino Superior, como demonstram os dados da ANDIFES (2019) sobre presença da comunidade T nas IES, de apenas 0,3%, sendo a população trans 2% da população brasileira (Faculdade de Medicina de Botucatu/Unesp, 2021).

Enquanto uma corporeidade transfeminina, uma travesti, uma *outsider* (Nascimento, 2021), pesquisar autoetnografia e escrevivência, me serve para além de situar de que lugar falo, também para concomitantemente historicizar como os campos da educação popular e do Ensino de Química – campos que habito –, estão circundando os panoramas e realidades atuais referentes à (re)existência da comunidade transtravestigênera. Sendo estes panoramas, como apontei (Soares, Simões Neto e Santos, 2021), primordiais para discutir, debater, dialogar sobre transgeneridades e travestigeneridades. Dentre esses cenários já anteriormente denunciados – evasão da escola, ausência nas universidades, expulsão de casa, exclusão do mercado de trabalho formal, prostituição, e viver no país que mais mata pessoas trans pelo décimo quinto ano consecutivo (ANTRA, 2023) –, que iremos entender o que falam Paulo Freire (1996) e Maria Clara Araújo dos Passos (2022) sobre educação popular e pedagogias para as/es/os flageladas, flagelades e flagelados pelo sistema. E como o Ensino de Química, a partir da análise dos trabalhos presentes nos Anais

do Encontro Nacional de Ensino de Química, o ENEQ, dos anos de 2016-2023, vem refletindo e quem vem produzindo dentro desse lugar.

3.1 CONVERSAS POSSÍVEIS ENTRE PAULO FREIRE E MARIA CLARA ARAÚJO DOS PASSOS NO TERRITÓRIO DA EDUCAÇÃO E DOS MOVIMENTOS POPULARES

Quando provocada a pensar sobre minhas localidades, durante a escrita, estas se davam e se dão dentro dos territórios educacionais, tanto formal, na universidade, quanto popular, na rede de cursinhos populares Podemos+, e nos territórios dos movimentos populares. O nome central que ouvimos ao falar em educação, dentro dos movimentos populares da esquerda, ou de caráter progressista, ou de perfil marxista-leninista, é o nome do patrono da educação brasileira, Paulo Freire.

Estar dentro de um movimento popular de juventude, e a partir dele integrar uma equipe nacional de uma rede de cursinhos populares, me formou nas pedagogias freirianas. Enquanto na universidade, eu só presenciei o nome de Freire em cadeiras como Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira ou nas disciplinas de Psicologia I e II, no movimento social, a práxis militante requeria ler o mundo também com os olhos deste educador. No encontro com essas duas realidades, pude me debruçar tanto nos pensadores da educação pós marxista acadêmica, tanto no pernambucano que foi exilado na ditadura militar que golpeou o país durante as décadas de 1960, 1970 e 1980.

Os meios cisgêneros dos espaços de poder foram o que me formaram primariamente na luta popular e na academia. Contudo, na outra ponta dessas movimentações e tempos, ao aflorar e florescer na minha identidade, inicialmente uma pessoa não binária transfeminina, e enfim, travesti, me vi abraçada no reconhecer com outras iguais a mim, e convidada por uma epistemologia da pele a vivenciar o movimento de pessoas transexuais e travestis no contexto de Pernambuco. Foi a partir dessas trocas de saberes, das emergências de nossas realidades, que adentrei outras perspectivas de conhecimento. De conhecimentos ancestrais trans. Encontrei as literaturas e saberes oralizados por mulheres transexuais, travestis e mulheres transgêneras. Leituras de entidades como a ANTRA e seu papel histórico. As figuras acadêmicas de Ana Flor Fernandes, Nêmesis Lima, Jarda Araújo, Viviane Vergueiro, Luma Andrade, Caia Maria Coelho, Letícia Nascimento, Alice Alexandre Pagan, Maria Clara Araújo dos Passos.

Situadas das posições que advogo, seguiremos não somente no panorama das conversas possíveis entre esses territórios, que aqui irei materializar nas obras “*Pedagogia da Autonomia*” (Freire, 1996) e “*Pedagogias das Travestilidades*” (Passos, 2022), mas principalmente dos diálogos urgentes e necessários para uma avançar cada vez mais sólido de uma educação libertadora para todas as identidades.

Em *Pedagogia da Autonomia*, o Freire (1996) pós-exílio escreve flexionando gênero e suas posições. Numa obra que retorna a pensamentos já trazidos por ele em *Pedagogia do Oprimido* (1968), *Pedagogia da Esperança* (1992), *Cartas a Cristina* (1994), entre outras obras, sobre as pedagogias em movimento que se fazem necessárias nas práticas da docência e discência, o educador popular anuncia a efervescência de uma pedagogia que promova não somente a autonomia da pessoa educanda, mas que em si, perceba a pessoa educanda como ser autônomo, e o importante respeito a esta autonomia. Aqui, docente e discente, como seres inacabados, condicionados, mas capazes de romper com as amarras condicionantes e ir além. Inacabados porque são gente. E ser gente, implica, para Freire, “um tempo de possibilidades, não determinismo”. Ainda na perspectiva do Paulo, que ao chegar ao seu país com a abertura democrática em 1979, afirmou precisar reestudá-lo para influir sobre as realidades daquele território que fora obrigado a abandonar – fisicamente, pois emocionalmente ele ainda permanecia ligado –, o autor vai afirmar em *Pedagogia da Autonomia*, que o ensinar exige bom senso, ética, boniteza, respeito, compromisso, pesquisa, humildade, autoridade, liberdade, entre vários outros pontos. Mas aqui frisarei: o repúdio a toda forma de discriminação e querer bem a pessoa educanda. Para Freire, é inegociável o respeito à identidade e a cultura da pessoa discente. É irrevogável a esta o direito de um saber previamente criado nos seus locais sociais.

Nesse quesito, aponto que acho genérica a interpelação de Freire quando fala desse saber, por vezes, colocado no lugar da ingenuidade a ser superada. Talvez para que as pessoas discentes possam olhar o mundo por óticas mais complexas do que as dicotomias falaciosas da realidade. Visto que essas, para nós, são muito caras. Mas quais saberes culturais de um povo flagelado são considerados ingênuos e necessários de superação durante o fazer ensinar docente formal? Provavelmente isto seja respondido quando o autor diz que ensinar é saber escutar, é

espaço para a dialogicidade, é ser ético. Contudo, no campo das cis-epistemologias e práticas sociais da escola, me parece incerto.

Retomando ao direito da pessoa educanda de ter sua história, sua identidade, sua cultura e sua autonomia validada e respeitada, Freire denuncia que a pessoa docente que é autoritária pode manchar a experiência deste ser educando. Ao não saber diferenciar a autoridade necessária ao fazer pedagógico com o autoritarismo de sua figura de poder, a pessoa docente pode tolher a curiosidade, categoria imprescindível para aprendizagem – de si e do mundo. Paulo entende, e reafirma, todo potencial pedagógico autônomo que existe na pessoa sujeita do ser educando, e que estes seres constituem saberes pedagógicos.

Assim, numa confluência oportuna, volto mente e coração para as *Pedagogias das Travestilidades*, na qual Maria Clara Araújo dos Passos (2022), sistematicamente, nos mostra como estes seres pedagógicos – mulheres transexuais e travestis brasileiras – educandas e educadoras de si e entre si, nos seus espaços radicalmente educativos, ao construir movimento popular organizado, estão instituindo um território altamente pedagógico. Como apontei no capítulo dois, o livro da autora nos presenteia com a potencialidade da luta do movimento social de mulheres transexuais e travestis brasileiras, fazendo um resgate histórico crucial para situar nossas temporalidades e nossas derrotas e conquistas no âmbito social, principalmente o papel importantíssimo do embate educacional sobre essas corporeidades.

Ao apresentar este movimento como educador, Maria Clara dialoga diretamente com Freire. Os movimentos populares constituem saberes. São, em si, pedagógicos. Para delinear esse ponto, a autora apresenta, no capítulo final de seu livro, as análises dos textos de Adriana Sales, Marina Reidel e Thiffany Ohara. Será nas figuras dessas mulheres transexuais que a autora vai nos apresentar essa Pedagogia das Travestilidades, este “conjunto de outras possibilidades pedagógicas orientadas pelo ponto de vista das travestis e transexuais”.

Se Freire aponta para a negação da visão fatalista da ordem do mundo – ordem dada pela necessidade do mercado –, Passos evoca da práxis militante do movimento de transexuais e travestis, os aparatos didáticos necessários para um caminho de superação da opressão vivida por estes corpos. O educador defende uma educação popular para a superação das mazelas sociais, em uma pedagogia de esperança e autonomia, e com respeito e bem querer da pessoa educanda e da educadora. Maria Clara aponta para pedagogias de libertação, constituídas por pessoas

transtravestigêneres, para superação destas mazelas sociais, contudo, pela mão daquelas que mais sofrem por carregar estas estampas. Se Paulo Freire começa a flexionar o “ser homem” para “ser mulher e ser homem”, Maria Clara Araújo dos Passos nos flexiona para o “ser mulher transexual e ser travesti”. E isto, radicalmente, também é ser gente. É ser corpo educador – histórico, rico, ancestral –, mas radicalmente ser gente em toda sua potencialidade de possibilidades não determinada.

3.2 EDUCAÇÃO POPULAR E O ENSINO DE QUÍMICA: COMO ESTÃO ALOJADAS AS PRODUÇÕES E AS VIVÊNCIAS?

Retomo que a escolha por pensar a partir destes lugares, para este momento de reflexão do texto, é tomada por serem os espaços sociais no qual eu, travesti educadora, pesquisadora e militante, estou inserida e sendo mediada pelos diferentes agentes que também ocupam estas localidades. Ingresso em março de 2016 na Universidade Federal Rural de Pernambuco, no curso de Licenciatura em Química, primeiro semestre, noturno. No ano da referenciada aula magna, quando uma travesti – um salve para Akuenda –, em uma performance denunciativa (e dolorosa) das estruturas transfóbicas daquela instituição, se apresentou transgressoramente. Em 2024, Akuenda é o nome do primeiro coletivo transtravestigênera organizado por estudantes trans da referida universidade. O nome foi dedicado em sua homenagem e escolhido no grupo do coletivo via aplicativo *WhatsApp*.

Aquele momento foi o primeiro aviso que o espaço universitário pode e deve ser ocupado pelas nossas corporeidades, mas que não é um movimento fácil. Ainda naquele ano de 2016, também ocupei os prédios universitários com outros estudantes, todos com seus codinomes, na luta para barrar a então nomeada PEC da Morte, passando a me organizar na luta política universitária. Em 2018, levada pela eferescência das lutas populares deste tempo e tensionamentos políticos que previam uma era sombria, tenho meu encontro com o Levante Popular da Juventude, juventude construída por nós, juventude periférica, carregadas do que chamarei aqui de *Estampas Sociais*, que nos denunciam diariamente dentro desse sistema capitalista. Foi neste espaço que me fiz ser política, no sentindo mais verdadeiramente atuante.

Organizei o movimento de forma massificada na universidade, ocupei durante dois anos a cadeira de Coordenadora do Diretório Acadêmico de Licenciatura em Química, fui representante discente no Conselho Técnico Administrativo do Departamento de Química. Ocupi a cadeira de Coordenadora de Planejamento do DCE

UFRPE, fui representante discente dentro do Conselho Universitário. Fui, dentro do movimento Levante Popular da Juventude, coordenadora de célula – formato organizativo interno –, fui Coordenadora Municipal (Recife) e Coordenadora Estadual (Pernambuco). Tomei a responsabilidade (e com muito orgulho) de ser professora de Química, e posteriormente coordenar o Cursinho Popular Ciranda Popular no Morro da Conceição, periferia de Recife, da Rede Cursinhos Populares Podemos+, rede esta que integra o Levante. Ainda na Podemos+, integrei a Equipe Nacional, auxiliando na articulação do Projeto Político Pedagógico, construção de materiais didáticos nacionais e na manutenção da organização da rede no estado de Pernambuco. Ainda participei da primeira turma do Curso Nacional Paulo Freire, denominada Elza Freire, na Escola Nacional Paulo Freire, em São Paulo.

Dado estes dois espaços – dentre outros que ocupo –, será por eles que iremos enveredar, centralizar e tensionar alguns pensamentos e diálogos. Serão nos intercruzamentos dessas vivências que começarei a questionar o que podemos produzir nas fronteiras da educação popular e o Ensino de Química? Então, o que é possível conversar?

No contexto da Licenciatura em Química do Departamento de Química da Universidade Federal Rural de Pernambuco (DQ/UFRPE), na matriz curricular vigente no meu ingresso em 2016, identificamos uma configuração acadêmica que, apesar de mais abrangente do que aquela previamente adotada até o ano de 2010, mantinha-se como um perfil distante das reais demandas e nuances inerentes às diversas expressões/performances sociais. Importante salientar que, mesmo após a implementação de um perfil curricular revisado (2020) – no qual participei dos debates enquanto representante discente na responsabilidade de Coordenadora do Diretório Acadêmico de Licenciatura em Química (DALQ/UFRPE) –, notável por incorporar disciplinas obrigatórias como Educação das Relações Étnico-Raciais – anteriormente ofertada como opcional, e assim optei cursar –, e Seminários Formativos, na qual para fins do estudo, faço referência ao item 2.3 deste componente curricular, inserido no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de 2020, no qual versa sobre a incorporação das "questões das relações humanas, considerando a diversidade de etnias, gêneros, religiões e culturas, na construção do conhecimento químico em sala de aula", este perfil ainda entende que esses conteúdos, sejam raciais ou de gênero, se limitam a disciplinas específicas.

Nesta perspectiva, e nas realidades que passaram por minha vivência, aponto que ainda persiste uma notória ausência de programas de formação continuada destinados ao corpo docente do curso com o propósito de aprofundar sua compreensão e capacidade de abordagem dessas temáticas e vivência empática perante esses corpos. Como Barbara Carine compartilha no seu livro “*Como Ser Um Educador Antirracista*” (Pinheiro, 2023), sobre sua experiência com a Escola Maria Felipa, da necessidade de formar com intensidade todas as pessoas trabalhadoras da escola no letramento racial, aqui intencionalizo com a problemática da transtravestifobia: é necessária formação intensa de toda a comunidade educacional e acadêmica para o combate a estrutura transtravestifóbica. Somente as disciplinas não dão conta das urgências das temáticas trazidas para suas ementas, enquanto corpo docente e técnico, de maioria cisgétero, ainda perpetuam violências transfóbicas por meio de discursos, impedimentos, olhares e não-ditos para estudantes LGBTTIAP+ do curso de Química.

Quando analiso as lacunas não apenas na formação acadêmica do corpo docente, mas também na construção social dessas e desses profissionais, trago à tona alguns exemplos concretos de minha trajetória na UFRPE. Dentre estes, o primeiro ocorreu no contexto de uma disciplina vinculada à área da Química Orgânica, durante as apresentações de seminários sobre biomoléculas do corpo humano. Um grupo de estudantes – inclusive estes que tangenciavam meu círculo social acadêmico – repetidamente associou hormônios como a testosterona e o estradiol/estrogênio a categorizações biologizantes “masculinas” e “femininas”, respectivamente. Essa abordagem reflete uma concepção restritiva e binária da biomédica cisgênera, advinda do colonialismo europeu, que não corresponde à complexidade da realidade. O gênero é construção social, assim como o sexo. Preciado (2023), Butler (2023) e Nascimento (2021) já denunciaram: as demarcações de gênero e sexo, na perspectiva do fazer biológico médico-científico cisgênero dentro do heteropatriarcado são nada menos que normas reguladoras dos corpos inteligíveis. É a estrutura do biopoder (Foucault, 2003), é a necropolítica (Mbembe, 2018), é a transtravestifobia (Araújo, 2021).

Acentuo, assim, como a ausência de uma formação antitransfóbica da pessoa docente, retirou dos estudantes em formação, a oportunidade de compreender que a normatividade imposta pela ciência cis biomédica não é universalmente aplicável, além de ser excludente e falaciosa. Soma-se aqui a ausência de pessoas

transtravestigêneres para, mesmo com a carência formativa da professora, trazer a correção e discussão da problemática. Ou até mesmo pessoas cis com letramento de gênero. É necessário evidenciar que tal cenário aconteceu durante o período de isolamento social associado a pandemia da COVID-19, e, estando em uma sala do *Google Meet*, me abstive de intervenções, por não compreender se aquele espaço era aberto e seguro para discussões e refazimentos, uma vez que a cisgeneridade e as cis epistemologias dificilmente aceitam ser questionadas. Esta rejeita até sua própria conceituação (Pfiel, 2023).

Outra ocorrência, igualmente atravessada pela transtravestifobia e que também a denuncia, aconteceu durante aulas teóricas e práticas de uma disciplina pertencente à área de Físico-Química. É comum a toda pessoa transtravestigênera a necessidade de ratificar a retificação de sua identidade em espaços predominantemente cisgêneros. Nossas identidades, sejam elas cisgêneras ou transgêneras, estão sendo constantemente construídas a partir de nossas próprias fábricas de decisões. Nenhum corpo nasce dado, por mais que o C/Stema nos tente até os dias atuais a aceitar uma forma pronta, generificada e neutra de ser e estar em vida. Contudo, aos corpos transgêneros, transgressores desta forma “neutra” apresentada e coercitivamente sancionada pelo C/Stema, recaem majoritariamente as opressões por romperem com estes confins.

Assim, essa realidade não ficou distante das aulas anteriormente mencionadas. Na primeira aula teórica presencial, precisei corrigir meu pronome reiteradamente, enquanto a pessoa docente aparentou não reconhecer suas imprecisões. Nesta mesma disciplina, em uma aula virtual na plataforma *Google Meet*, optei por contribuir com a discussão em pauta, porém, a estudante de iniciação científica da professora – que também me conhecia – errou meu pronome ao referenciar a intervenção que havia feito anteriormente. Nesse momento, me abstive de realizar quaisquer correções, apenas deixei a sala de aula remota e não participei das seguintes. É negado constantemente às pessoas trans, a possibilidade do intelecto, por sermos corpos tidos abjetos, pouco então teríamos a contribuir.

Em uma subsequente aula prática, na qual somente eu compareci, tanto a docente, quanto sua IC – a mesma mencionada anteriormente –, persistiram em utilizar pronomes e artigos masculinos ao me mencionarem entre si. Em um esforço repetido, busquei retificar os erros, chegando inclusive a receber um pedido de desculpas. No entanto, o uso do tratamento errado perdurou ao longo do restante da

aula. Quanto precisamos resistir para permanecer nesses espaços excludentes? Daquele ponto, suspendi as reclamações, movida em parte pela sensação de que minha graduação demandava que eu aguentasse e que meu acesso, e agora minha permanência, neste espaço universitário foram/são raros e caros. Caro de tal modo que comprou meu silêncio – naquele momento. Raro de tal maneira que me fez silenciar – naquela hora. A sensação de impotência perante a imponente – dada, não conquistada – cisgênera, é extremamente dolorosa.

Saber que num jogo do qual as regras não são nossas, a cisgeneridade já definiu o placar. Quem, perante o saber científico, pode falar? Ao calar meu corpo, calam meu intelecto. Destaco que a questão aqui não reside exclusivamente na lacuna da educação formal, mas, de maneira mais preponderante, na ausência de respeito e sensibilidade com as diferenças. Do que Freire (1996) diria: ensinar exige bom senso. A cis-hétero-norma, por sua própria natureza, tende a ser indiferente às complexidades e particularidades divergentes, regidos pelo seu próprio *C/STEMA*, em uma dinâmica que descrevo como patologizante. Esses não foram os únicos cenários. A cisgeneridade e a padronização que a constitui como norma são em si, mórbidas.

Lamentavelmente, em uma analogia crítica e igualmente pertinente, apresento dois episódios dentro do contexto da militância popular nos quais, ao abordar as estruturas cisgêneras presentes na militância e destacar a necessidade de abrir espaço para a expressão da transgeneridade, indivíduos que se autointitulam defensores marxistas dos direitos dos oprimidos cometeram equívocos transtravestifóbicos, revelando uma atitude de recuo por parte de uma esquerda que, em suma maioria das vezes, ama dar *like* em uma foto da deputada Erika Hilton no *Instagram*, mas demonstra receio em lidar com o que eles rotularam como "pautas identitárias" no seio de seus movimentos. Não nego que minha formação política tenha sido moldada e adquirida no âmbito da militância popular cisgênera, porém, foi ao conquistar minha autonomia que pude questionar por que tão poucas pessoas semelhantes a mim estavam representadas naqueles contextos?

No primeiro episódio, durante a construção de um curso interno para militância sobre Realidade Brasileira, abordando a formação do povo brasileiro, entendemos como necessário incluir a diversidade sexual e de gênero como um tema também fundante na estruturação do curso. Todas as pessoas que estavam organizando o curso tinham em mente o nome de um homem cis, companheiro do movimento,

para compor o debate da temática. Eu propus o nome de outra companheira de movimento, uma mulher trans, que anteriormente era militante do Levante, e agora estava envolvida na administração pública do estado do Rio Grande do Norte, na pasta de diversidade. Isso desencadeou uma reação agitada, inclusive com acusações de eu estar caindo no falso identitarismo da representatividade. Entretanto, meu argumento era de que, dentre todas as indicações anteriores, majoritariamente cisgêneras, era crucial reconhecer e fortalecer a presença e contribuição das pessoas trans nos movimentos, fornecendo nas militantes transtravestigêneres um reforço positivo de nossas existências na luta coletiva. No final, o nome que indiquei permaneceu na formação. Um salve para companheira trans, Janaína Lima.

Outro momento, mais resumido, foi à escolha que os movimentos populares fizeram de disputar as urnas das eleições brasileiras com candidaturas próprias nos partidos de legenda, mas com as demandas circunscritas nas bases da militância, no ano de 2022. Postura inteligente, crucial para o momento atual que vivemos, e que nos impulsiona a sempre entender que o meio institucional político é importante, é um meio, é uma possibilidade de construção, porém não é o fim. Nossa luta coletiva é emancipatória, e ela vem do povo, ela vem dos baixos (Fernandes, 1981). De forma significativa, algumas dessas candidaturas tiveram êxito, como no caso do estado de Pernambuco. Entretanto, por mais que na base tivessem figuras transtravestigêneres voluntariamente, enquanto figuras militantes do movimento, disputando voto, discursando e debatendo para aproximar eleitores rumo a possível vitória popular, ao definir as pessoas que participariam do mandato eleito como efetivas, recebendo remuneração adequada, somente pessoas cis tiraram a foto da vitória com uma legada: “mandato do povo”. Não havia espaço para transgeneridade na gestão pública daquele mandato popular.

Denunciar essas localidades e essas experiências não significa, de maneira alguma, retirar os conhecimentos que construí coletivamente neles. Ser do movimento popular e ter construído luta cotidiana é parte constitutiva da travesti militante que sou hoje. Ter conhecido a educação popular modificou a cosmovisão pela qual educo aos outros, aprendo com os outros, educo a mim, e aprendo comigo. Foi ao conhecer a necessidade ontológica (esperança freiriana), que essa monografia se faz possível, pois ela é esperar.

Contudo, hoje atuo no movimento popular de travestis e mulheres transexuais e transgêneras do Brasil. Este é o lugar que me sinto bem. Destarte, também

vale para o ambiente universitário. Foi no encontro significativo com meu orientador e minha orientadora, Euzebio e Paloma, pessoas cisgêneras, e no Grupo de Instrumentação e Diálogos no Ensino de Química (GIDEQ), que encontrei verdadeiro e verdadeira aliadas para luta, pesquisa e permanência até os dias de hoje, no qual escrevo essa monografia. A universidade, por mais que em sua estrutura colonial possa causar dores, também é espaço de pertencimento (Soares, Simões Neto e Santos, 2021). Este é um espaço para as filhas, es filhas, os filhos da classe trabalhadora. E travestis e pessoas trans trabalham, aos seus moldes. Foi um lugar de pertencimento anunciado quando entrei e me deparei com Akuenda, é um lugar de pertencimento hoje, quando vejo tantas outras, outres e outros compondo um coletivo transtravestigênera junto a mim. Este não é mais um espelho quebrado.

Pensar neste espelho, é quando me deparo, e já citei anteriormente, com minhas produções. E que em sua maioria estão desenhadas para demandas da população brasileira, para aquela parte da população, como diria Freire (1968/2021), oprimida, condenada, flagelada. Desde o segundo período consegui ser aprovada em diferentes programas universitários, dentre eles o PIBID, o Programa de Residência Pedagógica, o BEXT. Meus primeiros trabalhos acadêmicos dentro da universidade foram sobre “*A elaboração de quadrinhos como estratégia facilitadora da aprendizagem interdisciplinar no conteúdo de radioatividade*” (2017), “*Demarcação de Terra Indígena, Vidas Humanas e Trajetórias: os Conteúdos Cordiais e a Mística como Estratégia Metodológica no Ensino de Química*” (2019), “*Gritemos, golpe! O injusto impeachment em 2016, a crise de combustíveis e o ensino de Química*” (2021), “*Água e Poluição: Uma Sequência Didática para Discutir o Derramamento de Óleo no Litoral Nordeste em um Viés Químico*” (2021), “*Alimentar-se com solidariedade: periferia viva com comunicação popular e soberania alimentar*” (2021), “*Reflexões Não Binárias no Ensino de Química*” (2021), “*Qual o Lugar da Pessoa Não Binária no Ensino de Química? Reflexões de uma Professora-Pesquisadora-Militante*” (2021).

Também construí coletivamente minicursos como “*A abordagem do golpe de 2016 e a crise de combustíveis a partir de metodologias para o Ensino de Química*” (2018), que foi o cenário para a pesquisa que originou o trabalho supracitado, “*Gênero, LGBTQ+ e Segurança Pública na Universidade*” (2019), “*Educação Química e Direitos Humanos – Trajetórias Possíveis*” (2021), “*Introdução às identidades LGBTQIA+: Ciência e gênero contra o negacionismo*” (2021).

É possível notar que até mesmo me entendendo uma pessoa inicialmente trans não binária, e posteriormente travesti, que somente para o final do curso compreendi e tomei para mim a necessidade de falar sobre o “eu” que circundava tudo aquilo que tinha escrito anteriormente. Não haveria nenhuma das pesquisas escritas por mim sem a travesti que sou. Sem a transgeneridade, sem esta *corpa* fabricada farmacêuticamente, sem esta pele queimada de laser. E provoço, se eu, uma travesti, não estava produzindo sobre mim e sobre a comunidade que permeio, como é que estariam as produções sobre pessoas e demandas transtravestigêneres no Ensino de Química? Quem está produzindo e o que está sendo produzido e proposto?

Para responder a estas perguntas, partiremos da análise dos trabalhos presentes nos Anais do Encontro Nacional de Ensino de Química, o ENEQ, dos anos de 2016-2022 (mas que ocorreu em 2023), recorte escolhido referente ao tempo em que estive na graduação. Para essa pesquisa, utilizamos diversos descritores e/ou marcadores para procurar os trabalhos nos anais, olhando para o título, nos últimos anos do evento. Além dos marcadores, olhamos para as linhas temáticas, especificamente em 2020 (Diversidade e Inclusão – DI) e 2022 (Interculturalidade e Diversidade – IND –, e Democratização e Inclusão – DI). Os descritores foram: “Trans e o Ensino de Química”, “Trans e educação”, “Transgênero(a/e) e o Ensino de Química”, “Transgênero(a/e) e educação”, “Travesti e o Ensino de Química”, “Travesti e educação”, “Transexual e o Ensino de Química”, “Transexual e educação”, “Não binária(e/o) e o Ensino de Química”, “Não binária(e/o) e educação”, “Gênero e o Ensino de Química”, “Gênero e educação”, “Dissidência e o Ensino de Química” e “Dissidência e Educação”. Na Tabela 1, a seguir, apresentamos os resultados:

Tabela 1: Descritores Presentes nos Trabalhos dos ENEQ 2016-2022.

Descritores	ENEQ 2016	ENEQ 2018	ENEQ 2020*	ENEQ 2022*
Trans	-	1	-	-
Transgênero(a/e)	-	-	-	-
Travesti	-	-	-	-
Transexual	-	-	-	-
Não binária(e/o)	-	-	-	-
Gênero	6	3	7	2
Dissidência	-	-	-	1
Trabalhos Publicados	1670	187	703	437

*ENEQ que aconteceram nos anos subsequentes, dado a pandemia da COVID-19.

Fonte: Elaborada pelas pessoas autoras.

No ano do ENEQ 2016, de temática “*Os desafios da Formação e do Trabalho do Professor de Química no mundo contemporâneo*”, somente o marcador Gênero aparece entre os trabalhos, totalizando seis trabalhos com o marcador no título. Destes trabalhos, somente um traz uma abordagem sobre Gênero, na perspectiva que tangencia o que estamos discutindo. Camilo e Soares (2016), autores cisgêneros, apresentam o trabalho intitulado “*Intervenção Pedagógica: Sexualidade e Identidade de Gênero na Formação Inicial de Professores de Química*”, com a proposta de mostrar o quão o ambiente escolar é diverso, e que as pessoas educadoras em Química precisam de preparação para lidar com este tipo de conteúdo. O trabalho foca em denunciar a defasagem desta abordagem na formação inicial de pessoas docentes, trazendo referências importantes como Jaqueline Gomes de Jesus (2012), gigante pesquisadora trans, e Guacira Lopes Louro (2007), pesquisadora cis, mas uma querida dos estudos queer. Os demais trabalhos de 2016 que foram encontrados no marcador Gênero, por mais que coerentes ao trazer referenciais que discutam e criem rupturas entre a conceituação de gênero e sexo, o fazem para falar unicamente da invisibilização da mulher cisgênera nas ciências.

No ENEQ de 2018, com a temática “*Docência em Química: Transformações e Mudanças no Contexto Educacional Contemporâneo*”, somente os marcadores Trans e Gênero aparecem nos títulos dos trabalhos, sendo um com o marcador Trans e três com o marcador Gênero, contudo entre esses três, destacamos o primeiro. No trabalho “*O homem trans e a química: análise do potencial das situações que atravessam esses sujeitos e suas experiências para abordagem de questões de gênero e sexualidade no ensino de Química*”, o autor cisgênero e autointitulado em um de seus trabalhos como *marica*, será o único que utilizará o marcador Trans em algum trabalho em todos os Anais do ENEQ pesquisados. O trabalho que é um resumo simples e aponta para as potencialidades que vivências de homens trans trazem para a abordagem de assuntos da área de Química em sala de aula e entrelaçá-los com questões sociais transgêneras. Este trabalho foi um suspiro. Não há trabalho verdadeiramente transgressor sobre pessoas transtravestigêneras sem o olhar destas sobre si. Os outros dois trabalhos com o marcador Gênero falam da mulher cis na ciência, um sobre espaços tidos como áreas socialmente masculinas, mas

que mulheres apresentam desempenho superior e ocupando mais espaços, e outro sobre a invisibilidade das mulheres (cis) na história da ciência.

Já quando falamos do ENEQ 2020, que ocorreu em de forma virtual, com sede em Recife e somente em 2021, com a temática “*Para que o ensino de química? – Reflexões sobre as pesquisas e ações da área no século XXI*”, foram aprovados um total de 703 trabalhos. Destes trabalhos, somente sete continham o marcador Gênero. O trabalho de Correia *et al.* (2021), intitulado “*Docência e Gênero: Desafios na Formação de Professores de Química no Município de Caruaru-PE*”, aborda a importância de trazer questões de gênero (de forma genérica, e digo, com isto, ampla) nos processos formativos, apontando o desconhecimento de docentes sobre o assunto, e como estas e estes reagem ao falar sobre como abordar a temática nos intramuros da sala de aula. Já o trabalho de Faustino *et al.* (2021), “*Estudos sobre os Espaços de Educação Não Formal na Formação de Professores/as de Química: uma Discussão da Temática Racial, de Gênero e Sexualidade*”, tem um cuidado minucioso de articular temáticas urgentes deteriorizadas por estruturas coloniais de adoecimento e apontar como é crucial trabalhá-las conjuntamente no Ensino de Química e das Ciências, bem como um espaço não formal como uma ONG pode ser funcional para discutir tais questões. Ambos os trabalhos citados têm muitas pessoas autoras, não é possível identificar quais sujeitas, sujeitos e sujeitos poderiam ser pesquisadoras e/ou pesquisadores transgêneros.

Os demais trabalhos dentro do marcador de Gênero abordam: a figura de Marie Curie, o fazer científico e narrativas históricas com figuras femininas; a figura de Marie Curie, e de seu marido, para falar de opressões e a relação com o amor romântico; uma denúncia de como os novos itinerários formativos do Novo (cada dia mais antigo) Ensino Médio contribui para uma hierarquização de gêneros, favorecendo o dito cis masculino; uma ação didática para discutir a importância de questões de diversidade sexual e gênero relacionadas aos conteúdos de química; a violência contra a mulher e Química, denunciando o feminicídio, que, por ser um resumo simples, não deixa evidente se o conceito de mulheridade apresentado é amplo, ou se fala de mulheridades.

Ainda falando sobre o ENEQ 2020, é possível identificar que os demais marcadores não existem. Contudo, ao aprofundar nas categorias dos trabalhos submetidos, temos a área de Diversidade e Inclusão (DI), que traz algumas produções referentes aos temas anteriormente discutidos. Os trabalhos encontrados são “*Análise*

de uma Sequência de Ensino Aprendizagem de Química sobre a Questão Sociocientífica Passabilidade” (Lima, Queiroz e Firme, 2021), e “Sequência Didática para Abordagem do Tema Hormônios Sexuais a partir dos Conteúdos Cordiais” (Soares e Simões Neto, 2021).

A primeira produção, escrita por autoras e autor cisgêneros, e toca em uma temática sensível, mas recorrente nas vidas das pessoas transtravestigêneres, que é a ideia de um ser generificado, impossível de existir, como coloca Butler (2013), e também impossível de ser alcançado. Porém, socialmente é cobrado, exigido, que pessoas trans, que se entendem mulher trans ou homem trans, ressoem o mais próximo deste ser genérico – dado pelo saber médico científico como o homem/mulher cisgênero, branco, magro e sem deficiências. Mas nós, pessoas transtravestigêneres, já compreendemos: não importa o quão próximas possamos querer parecer com este ideal, não obrigatório aos nossos corpos, a cisgeneridade ainda denuncia nossas estampas. Nunca seremos este ser genérico, mas o que a própria cisgeneridade precisa compreender é que ela também nunca será este ser genérico. Como diria Butler (1993), todo gênero é discurso.

Retornando a análise do trabalho, é trazida uma contribuição importante ao mostrar que esta temática da Passabilidade vem sendo abordada por autores e autoras cisgêneros dentro do Ensino de Química para educar sobre “Hormônios Sexuais”, temática do seguinte trabalho que falaremos aqui. Entretanto, ao analisar a proposta produzida, falta desalojar as referências da cisgeneridade, parar de usar filmes com *transfake*³, se não for para denunciá-lo, inovar no que concerne a temática e, sendo pessoas cisgêneras, trazer pessoas trans para a produção do saber científico. Nada sobre nós sem nós. A segunda produção, que é um resumo simples, cai e se utiliza das falácias cisgêneras para referir-se aos hormônios dos corpos. Por mais que a temática não seja específica sobre a comunidade T, não podemos tencionar as cis epistemologias somente nesses momentos.

Por fim, chegamos ao ENEQ 2022, de temática “*Democratização do Ensino de Química: (des)caminhos das políticas públicas brasileiras*”, com 437 trabalhos

³Termo referente à prática de escalção e interpretação de personagens trans e travestis por atores e atrizes cisgêneros, criando estereótipos e invisibilidade, num mundo onde as pessoas trans e travestis lutam por acesso ao mercado formal, enquanto são empurradas para prostituição. A prática do *transfake* permanece presente e precisa ser combatida. Ponto importante é que, atualmente, o termo *transfake* também vem sendo recorrentemente utilizado pela comunidade trans e travesti para denunciar pessoas cisgêneras que se dizem trans unicamente para acessar as atuais políticas públicas de cotas/acesso gratuito a espaços culturais, entre outras.

aprovados. Somente dois trabalhos aparecem com o marcador Gênero e um com o marcador dissidência, nos títulos, e novamente os demais marcadores não aparecem. O trabalho de Faustino *et al.* (2023), “*As Dissidências Sexuais e de Gênero como Fator das Transformações da Matéria*”, denuncia um Ministério da Educação corroído e sujo do governo genocida de BolsoNada*, atrelado à guerra contra as múltiplas identidades de gênero, velado como combate ao falacioso termo “Ideologia de Gênero”. Assim, nos apresenta um trabalho pautado em evidenciar outros modos de ser e existir, afastando-se de uma natureza patologizante do ficcional “sexo biológico”. Por mais que as referências aqui encontradas sejam cisgêneras – é crucial deslocarmos nossas epistemologias, pois pessoas transgêneras e travestis estão produzindo trans e travesti epistemologias e é preciso referenciá-las –, há um compromisso genuíno em romper com a ciência cisheteronormativa do modelo capitalista. O outro trabalho faz, novamente, uma reflexão sobre a ausência de autoras (cis) na área de ciências.

Neste ano, também, ao olhar para as linhas de pesquisa específicas, conseguimos observar que dois trabalhos, que não são achados nos marcadores pré-selecionados, aparecem dentro da área “Interculturalidade e Diversidade (IND)”, abordando temáticas próximas as debatidas já aqui, sendo um deles o “*Reflexões sobre um Ensino de Química Transgressor*” (Silva, Silva e Santos, 2023), que tensiona as normas dicotômicas de gênero vigentes.

Quando observamos esses resultados das produções do ENEQ, nessa temporalidade, percebemos que a comunidade de educadoras e educadores em Química está interessada em discutir gênero a partir da Biologia e também do marcador mulher, sendo este focado apenas na perspectiva cis. Ainda que as pesquisas sobre gênero e ciências sejam muito importantes, não há uma preocupação, em todos os trabalhos da temática, em reiterar ou mobilizar o que é ser mulher hoje e inserir transtravestigêneres para o debate de gênero. As cientistas expoentes e históricas são mulheres cis, então, a gente movimenta a história para hoje e desloca a contemporaneidade para incluir as cientistas travestis. Ou a gente desloca o passado e busca as ancestrais transtravestigêneres cientistas que existem e que não são pesquisadas.

Deste modo, questiono: exceto em um ano, que tivemos o marcador “Trans” em um dos títulos de trabalho, quem tem medo de pôr o nome Travesti em seus títulos de trabalhos acadêmicos? Há muito para construir.

4 À GUIA DE UMA PEDAGOGIA TRANSGÊNERA – DAS (TRANS)FORMAÇÕES E DAS (IN)DISCIPLINAS POSSÍVEIS PARA O ENSINO DE QUÍMICA

Se em *Pedagogia da Esperança*, Freire (1992) já nos alertava sobre a tarefa, inerente ao educador ou educadora, de conhecer a sintaxe com as quais os grupos populares – e aqui digo especificamente da comunidade T – se comunicam, se fazem e culturalmente se produzem para resistir e se defenderem das violências que são acometidos, em *Pedagogia das Travestilidades*, Passos (2022) nos chama para responsabilidade de ecoar e resgatar os saberes do Movimento de Travestis e Mulheres Transexuais Brasileiro e, assim, imbui-los em uma práxis-docente-militante. E em pleno ano de 2024 vemos escassez nas produções acadêmicas sobre a comunidade. Assim, questiono: *Quem tem medo de uma pedagogia transtravestigênera?; Qual é o receio de anunciar aos corpos que vivem – e aos que morrem, visto que diversas pessoas transtravestigêneres têm seus direitos ao nome e identidade desrespeitados na morte, como aponta Escobar (2023), morrendo uma segunda vez –, suas inteligibilidades?; Aos corpos trans, é possível uma pedagogia da autonomia?; Ser gente, para Freire (1996), também é ser trans?; E as educadoras e educadores de Química, o que interessa a vida de educandas, educandes e educandos que irão vivenciar suas salas de aula?; Poderia a ciência Química e seu ensino ser uma ferramenta emancipadora de corpos? Não há educação comprometida com a formação de sujeitas/es/os latino-americanas/es/os de direito que não seja.*

Ao olhar para as produções encontradas nos ENEQ 2016 a 2022, percebemos que somente um trabalho possui o marcador “trans”, e os demais trabalhos que possuem o marcador “gênero”, em sua maioria, não trata das especificidades da comunidade transtravestigênera. Com isso, conseguimos compreender que as produções no Ensino de Química, são originárias de uma cisgeneridade e são poucas as produções que tratam das emergências dessa população – que no Brasil, em 2023, foram mortas 12 pessoas trans em cada mês do ano (ANTRA, 2024). E mesmo quando produzidas, continuam alojados em cis epistemologias. Repito, sem medo do cansaço, é imprescindível referenciar trans epistemologias ao falar de transtravestigeneridade.

Dado estas estatísticas, conseguimos também observar que a maioria dos trabalhos encontrados trata de hormônios, testosterona e estradiol/estrogênio e da temática da “passabilidade”. São assuntos importantes, por mais que as vidas trans

não se resumam a hormonioterapia e uma busca incansável pela compreensibilidade das vidas não trans. Ou da violência, que também se faz importante denunciar. Contudo, como anteriormente citado, aqui escrevo: para além de sangue, nós, pessoas trans e travestis, também derramamos talento, expertise, cultura, intelecto, ancestralidade, epistemologias. Assim, nesta seção, irei solfejar, mesmo não cantando, sobre esse inicial encontro com o que seria a Pedagogia Transgênera. E depois, brevemente, lançar possíveis prelúdios de articulação entre a população transgênera e travesti e conteúdo de Química, que podem ser trabalhados e construídos para sala de aula, seja na formação inicial de professoras e professores ou na educação básica.

4.1 UM PRELÚDIO DAS PEDAGOGIAS TRANSGÊNERAS

Trouxe no capítulo dois dessa monografia, no último subtópico, o que denominei no trabalho de Heitor Levi (2022) – uma pessoa trans –, ser os “*Indícios de uma Pedagogia Transgênera*”. Ao apontar para o produto didático construído e disponibilizado pelo autor, quero indicar que o recurso criado ali, imbricado e fundamentado na vivência trans, não emergirá pedagogicamente em um terreno cisgênero. Ao colocar a centralidade da abordagem de sua pesquisa e ensino na epistemologia trans de si, o pesquisador desaloja da cis colonialidade a proposta de ensino-aprendizagem, caracterizando-a na visibilidade deste grupo minorizado, evocando pertencimento, afetividade, excelência intelectual, positividade, ancestralidade.

A nota de rodapé que fica ao nos entregar este trabalho é: ao pedagogizar um conteúdo de Química para a temática da transtravestigeneridade – ou qualquer que seja a ciência – é imprescindível uma construção holística do material, que passe pela recusa às mazelas do capitalismo dependente subjugada aos corpos, pelo distanciamento das epistemologias cisgêneras que versam sobre o fazer-ser docente e colocar na centralidade as pessoas que vivem na epistemologia da pele aqueles embates.

Ao propor um prelúdio de uma Pedagogia Transgênera, é necessário pontuar historicamente quais seres – sujeitos de direito – a fazem. Quem a faz são as identidades trans. E novamente trago Letícia Nascimento (2021) que, ao usar este termo guarda-chuva, inclina que nele estão incluídas mulheres e homens transexuais, travestis, mulheres e homens transgêneros, pessoas trans não binárias e transmasculines. Não é possível a construção de um fazer pedagógico transgênero sem

peças trans. Ao propor um prelúdio, quero afirmar que ainda há muito para se refletir, e nas estruturas acadêmicas, este assunto extrapola as margens de um texto monográfico. Ainda assim, estou evocando a responsabilidade do pensar transgênero. E pode parecer estranho, mas o fazer acadêmico também se dá no inacabado, no que está se construindo, e comprometidamente se evidenciando. Na *Pedagogia das Travestilidades*, Maria Clara Araújo dos Passos (2022), já anuncia que estão eclodindo historicamente outras sujeitas, outras pedagogias.

Falar de uma Pedagogia Transgênera é radicalmente denunciar a ausência destes corpos nas estruturas de poder educacionais. Luma Andrade (2012) denuncia: às nossas corporalidades, é negado o lugar de sujeitos educandos. Somos as pessoas expulsas dos banheiros escolares, somos aquelas negadas ao nome que nos compete, somos as ininteligíveis, somos a categoria analítica que expõe a categoria analítica da cisgeneridade, não somos bem-vindas. Logo, anunciar que estamos à guisa de Pedagogias Transgêneras é, antes de tudo, anunciar as experiências educadoras que somos mesmo quando expulsas e direcionadas ao não-lugar.

A(s) Pedagogia(s) Transgênera(s) precisa(m) primariamente ser transfeminista(s), e estar(em) articulada(s) com os princípios transfeministas colocados por Jaqueline Gomes de Jesus (2013) e Letícia Nascimento (2021). A Pedagogia Transgênera libertará todas as corporeidades, logo, ela também precisa ser antirracista. Não poderia ser diferente, pois dada na sua ancestralidade, Xica Manicongo, desde o século XVI, se faz presente. O movimento de transexuais e travestis começa pelas mãos das mulheres transexuais e travestis negras e originárias. Entendo assim, que uma pedagogia que se propõe a expurgar a colonialidade dos corpos, precisa também ser anticapacitista, anticlassista, e tantos outros contrapontos contra hegemônicos. Não há Pedagogia Transgênera sem que as pessoas trans, com todas suas estampas sociais, sejam radicalmente acolhidas. Não há Pedagogia Transgênera sem a reverência aos antepassados, às ancestralidades, sem a história, sem as anciãs vivas nos dias atuais. Isso implica que, não há Pedagogia Transgênera que se firme fora das trans e travestis epistemologias, sem epistemologias das peles, sem se movimentar para as teorias e práticas – práxis – advindas das marafundas coloniais.

Freire (1996) nos aponta para a eticidade e estética pedagógica. A Pedagogia Transgênera, logo, será ética e estética. Será decente – e indecente, por que não? – e bonita. Ética porque requer coerência com a mudança proposta, e assim o

faz, com a profundidade de sua proposta emancipadora. Bonita, pois apresenta os rostos anteriormente apagados, mas agora fortemente evidenciados por uma pedagogia de inerente pertencimento e acolhimento. Estética, porque é a pedagogia da navalha, dos hormônios, do silicone industrial, da prótese, do pelo, do laser, de tecnologia de ponta, da pista, do site, da lace, do Pajubá, do truque (aqueidação), do *binder*, da fita, do *packer*, da teta, da arte, da cultura.

Não há pedagogia que não se faça no povo e para ele. A Pedagogia Transgênera é uma pedagogia da oralidade. Isto evidenciado pelo tanto de nossas histórias que foram apagadas dos documentos oficiais e formais, mas que ecoam e chegam às nossas gerações atuais pela boca e voz de nossas ancestrais. É inegociável o respeito às nossas anciãs. É nos dado direito do debate, mas que nossa raiva não se transforme em raivosidade injustificada. Nós existimos porque nossas ancestrais existiram. Para as transtravestigêneres é necessário entender ancestrais não como uma existência fincada no passado, mas de maneira circular. Entendendo que a travesti de hoje é uma ancestral já de uma travesti futura, logo, também pode produzir e ser responsável pela história coletiva de sobrevivência.

Nós sabemos e saberemos de nós pelo diálogo incessante daquelas e daqueles que a viveram antes e ainda estão conosco, e das que estão por vir. A pedagogia transgênera não poderia surgir se não da história transexual e travesti em si. De seu movimento educador. De seus espaços irrestritamente pedagógicos. De suas raízes concebivelmente transgressoras. De toda sua desobediência civil. É uma pedagogia que se faz na práxis militante.

Esperançar esta Pedagogia Transgênera é esperançar por horizontes transtravestigêneres apartados da necropolítica e do epistemicídio que flagelam estes corpos. É (re)apropriação de si, (re)conhecimento de si, do outre e entre si. É um porvir de afetividades irrevogáveis, de encontros, de trocas. É uma pedagogia dos sonhos possíveis.

E na intangibilidade dos sonhos, é necessário subscrever que a Pedagogia Transgênera só será possível com a aplicabilidade de uma linguagem neutra em sociedade e no ensino. Que não suponha o gênero. Que não imponha o gênero. Nem nenhuma correlação anatômica biologizante de ser com o poder ser. Enquanto linguagem neutra, aqui me refiro a uma linguagem que não demarque nenhuma condicionante de gênero, inclusive o neutro. Pelo exemplo, não falo do uso do “e” como desinência que neutralizará a pessoa sujeita. Mas falo, antes de tudo, das

possibilidades da língua, que dissipa a assunção de qualquer gênero, como ao chegar num espaço e dizer: “boas-vindas a todas as pessoas”, ou “que pessoas maravilhosas são as pessoas transtravestigêneras”.

Entretanto, cabe à Pedagogia Transgênera a reflexão: quem é o ser social que tem medo da desinência “e” para neutralidade? A quem assusta o uso do “Todes”? Se a esta resposta recaem as figuras socialmente opressoras do povo, as estruturas que empoderam o capitalismo, logo, a Pedagogia Transgênera jamais poderá ignorar a importância e necessidade de seu uso. Dito isto, a Pedagogia Transgênera precisamente respeita todas as identidades, seus nomes sociais, seus pronomes, seus artigos, suas múltiplas formas ou ausência de afetos. Novamente, volto a falar, a Pedagogia Transgênera visualiza todas as identidades trans – mulheres e homens transexuais, travestis, mulheres e homens transgêneros, pessoas trans não binárias e transmasculines – e constrói coletivamente os saberes atuais e ancestrais destes.

A pedagogia transgênera é possível, e se firma nas experiências concretas das pessoas trans e travestis em todos os espaços. Sejam ambulatoriais, hospitalares, nas clínicas, nos movimentos populares, no congresso e câmaras parlamentares, nas creches, nas escolas, nas universidades, nos pensionatos, na prostituição, no trabalho formal, nos quartos, nas suas relações familiares, nas relações de amizade, nas relações transcenradas. A pedagogia transgênera é movimento, é pausa, é fluidez, é tempo passado, presente e futuro.

Também será uma pedagogia das indefinições, pois nada está dado. Contudo, ela em si, compreende a natureza inacabável de si e das coisas. E assim influi, reflete, reage, aprende e ensina. Com múltiplos ares, águas e chãos. Com respeito a todes – ou todas as pessoas e suas identidades –, a todos conhecimentos. Todos aqueles verdadeiramente construídos para longe do mal colonial e do fetichismo do mercado. Não poderá haver ensino-aprendizagem de disciplinas escolares e universitárias cheios de seus conteúdos programáticos que sejam ensinadas para libertação, emancipação, luta pelos direitos, que não passem pela Pedagogia Transgênera. Ela é, antes de tudo, um mundo que queremos construir. Sem imposições. Com vida. Com vidas – sim, no plural.

4.2 UMA EDUCAÇÃO DE TRANS PRA FRENTE – (TRANS)(IN)DISCIPLINAS PARA O ENSINO DE QUÍMICA

Pragmaticamente, então, criando nossas heterotopias (Foucault, 1988), se faz *urgenT* uma pedagogia que traga, as pessoas transtravestigêneres, a possibilidade de uma experiência de um espelho que as reflitam nos espaços educacionais, e que eduque as pessoas cisgêneras (aqui, futuras cis-aliadas) visando a possibilidade da construção de uma sociedade mais equânime. Como aponta Pinheiro (2023), é importante reconhecer os corpos trans enquanto corporeidades de direito, que podem e devem acessar, vivenciar e transformar toda a escola. E aqui, implico que se faz *urgenT* uma Química – a ciência e suas diversas disciplinas – tome a responsabilidade de retificar, construir e ensinar novos e antigos saberes desses corpos e *corpas* minorizados.

Quando aponto para Química, entendo que ela se expressa por suas pesquisadoras e seus pesquisadores, são seus e suas profissionais educadores. Estes que no Brasil são mal pagos, estão em péssimas condições de trabalho e tem suas vidas pessoais também para lidar. Como, dentro de uma estrutura precária, com ataques fervorosos iguais os debates ao veto do “kit gay”, que se tratava da suspensão do projeto Escola Sem Homofobia, de 2011, Escola Sem Partido, Ideologia de Gênero, entre outros? A resposta pode parecer genérica, mas está exatamente no fazer-ser docente. Está na prática do que seria uma pessoa docente ativista, militante. Ensinar requer compromisso (Freire, 1996), responsabilidade. É preciso estar viva e vivo, mas é preciso, antes disso, entender por que se vive e tomar conscientemente a decisão de ensinar. Assim, a Química e a Educação/Ensino de Química se apresentam como possibilidades para rompemos com este capitalismo dependente e suas implicações coloniais no campo do gênero/sexo/corpo/desejo.

Não se sucederão aqui receitas de bolo bem desenhadas. Possivelmente estas surgirão em futuros trabalhos. Mas temáticas urgentes que precisam chegar à sala de aula e ecoar na mente e coração dessa juventude em formação que é o porvir de nosso mundo.

Quando pensamos em hormônios “sexuais”, como citado em diversos trabalhos, precisamos primariamente expurgar as concepções médico-científicas-cisgêneras que estes definem, em algum grau, o gênero. Podem anatomicamente definir qual(is) órgão(s) genital(is) aquele corpo desenvolverá ou não desenvolverá.

Mas todo resto, sexo/gênero/desejo é construído no discurso (Butler, 1993). Logo, não é papel do hormônio defini-los, ou melhor, não é papel nosso utilizar de estruturas de opressão para cercear as possibilidades de expressão destes corpos inteligíveis. Cabe à Química e a suas educadoras e seus educadores, negar a imagem daquele corpo padrão neutro dos livros didáticos e implicar novas possibilidades de ser e existir em suas aulas. Criar conjecturas de como é que corpos tidos enquanto cisgêneros, ao menstruar, podem utilizar de anticoncepcionais para evitar a menstruação ou não engravidar, mas corpos transgêneros não podem utilizar destas tecnologias prostéticas para modelar seus corpos? Por que pessoas cisgêneras podem, por cirurgias estéticas, modificar seus abdomens, seios, rosto, mas pessoas transgêneras, para igualmente fazer, precisam de laudo médico científico que valide seus queeres? Quais as réguas, e por que estas são morais, para estes corpos dissidentes? Nossa abordagem para essa pauta da comunidade T precisa primariamente queimar o véu do colonialismo para que seja efetivada coerentemente nas salas.

Como material crucial, o depoimento de pessoas trans deve ser utilizado, pois eles irão evidenciar as falhas do acesso à saúde dentro do C/Stema, e o risco da auto hormonização que muitas pessoas trans vivem, eu inclusa. Para isso, o vídeo do Jonas Maria (2022), cujo estático está representado na Figura 1, é um marcador importante

Figura 1: Estático de vídeo de Jonas Maria sobre terapia hormonal.



Como funciona a terapia hormonal para pessoas trans | Jonas Maria

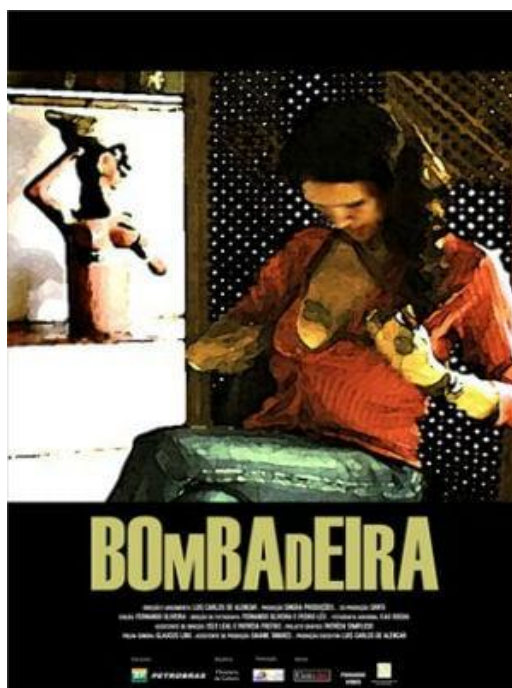
 Drauzio Varella 
3,68 mi de inscritos   1,6 mil   Compartilhar 

Fonte: Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Gncr_xQMPeU.

Ao falar dessas tecnologias prostéticas, aqui chamarei de Tecnologias Trans e Travesti de Ponta – que seriam os modos tecnológicos com os quais as Transexuais e Travestis, e também os Transexuais, vêm construindo rupturas para seus corpos –, podemos abordar em sala de aula, como historicamente, pessoas trans e travestis vêm se utilizando da farmácia e suas brechas, na era da farmacopornografia (Preciado, 2008) e sua indústria milionária, para constituir seus corpos, e torná-los, como diria a mulher transexual Luana Muniz (2019), uma fábrica de sonhos.

Entender que a Passabilidade, tão falada em outros trabalhos na área, é uma instituição de poder e biopoder (Foucault, 1988) criada pela cisheteronorma patriarcal, e que a esta as pessoas trans recorrem pelo direito de viver para além de ser trans. Para ao sair na rua, sair sem o medo de ser um corpo morto ou matável por ser o que é. É importantíssimo, como já vimos nas mídias dos telejornais, apontar como essa artimanha da cisgeneridade, prejudica, cerceia e por vezes, mata as próprias pessoas cisgêneras. Quantas mulheres cis morreram em mesas de cirurgia em busca da passabilidade?! Quantas outras, por conta de um conceito genérico de mulheridade, foram mortas ou brutalmente violentadas por serem confundidas com um imagético do que é parecer travesti? A luta contra a transtravestifobia é também uma luta cisgênera. Aqui poderíamos falar, quimicamente, de Polímeros, e utilizar a classe dos silicões para abordar esse tema que aparece nos conteúdos programáticos do Ensino Médio. E como associar a vida de pessoas trans e travestis? Historicamente, as mulheres transexuais e travestis utilizam do silicone industrial – não permitido para humanos – para modelar seus corpos. A pessoa educadora poderia utilizar o documentário Bomdadeira (2007), do diretor Luis Carlos de Alencar, que tem o pôster oficial reproduzido na Figura 2.

Figura 2: Pôster oficial do documentário Bombadeira (2007)

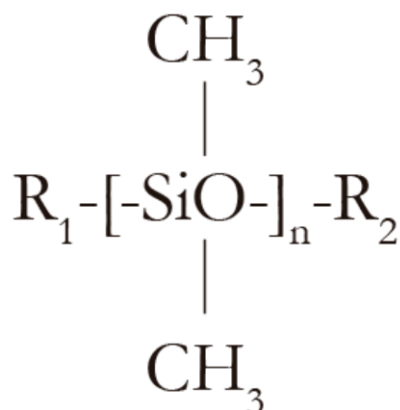


Fonte: Disponível em <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-235211/>.

O documentário provoca em nós as perguntas: *O que querem as bombadeiras? Quem são? Como vivem? O que desejam?* E assim, com elas, dar luz a histórias constantemente marginalizadas e apagadas. O filme não ficcional, de classificação 14 anos, entrega depoimentos fortes e dolorosos, dessas mulheres transexuais baianas, que veem nas bombadeiras verdadeiras “fadas madrinhas”, ajudando-as a alcançar o corpo da dignidade humana idealizada as anatomias ditas “femininas”. Deste lugar, podem surgir debates concretos sobre localidades para além da pista ou da boate, acesso à saúde, afirmação da vida travesti, e, em uma das partes, a possibilidade de amores que se enlutam por nós.

Pode ser apresentada, anteriormente ao documentário, a estrutura da molécula do silicone (Figura 3), e então pedir a educandas, educandes e educandos que reflitam como este produto científico movimenta socialmente as pessoas. Algumas questões relevantes para esse momento: *O que é a prótese? Quem usa a prótese? Quem tem acesso a esta tecnologia de ponta? Quais corpos são atendidos e entregues com vida durante e após cirurgias para inserção de prótese mamária? Quais são as estruturas que fazem as pessoas recorrerem a tal procedimento estético e de saúde?*

Figura 3: Estrutura química molecular da Silicone.



Fonte: Elaborada pela autora.

E só assim, usar o documentário como fio condutor inicial de para o debate sobre um povo apagado, que grita de dor, mas que se reinventa na buscar pelo viver bem e com dignidade. Discutir polímeros não precisa se resumir às biomoléculas de celulose, carboidratos, entre outros, por mais que também sejam importantes.

Ainda no campo das possibilidades temáticas e suas relações com os conteúdos programáticos do Ensino Médio, diversos estudos comprovam que a música afeta e movimenta o corpo humano, ativando neurotransmissores e influenciando nos índices do que é conhecido como hormônios do bem-estar. Uma relação aqui possível é trazer figuras da música, como Liniker (Figura 4), primeira mulher trans a ganhar o mais idealizado gramofone da música, o Grammy Latino 2022, e ser considerada imortal pela Academia Brasileira de Cultura em 2023.

Figura 4: Liniker eleita Imortal pela Academia Brasileira de Cultura.



Fonte: Disponível em <https://billboard.com.br/liniker-se-emociona-ao-ser-eleita-imortal-pela-academia-brasileira-de-cultura/>.

Trazer imagens de celebração, de contemplação, de excelência de corporeidades trans para sala de aula é, para além de ressignificar o lugar dessa comunidade, presentear possíveis pessoas trans educandas com reforços positivos. Nós, pessoas trans e travestis, também somos grandiosas. Neste quesito, evocando a historicidade e resgatando saberes construídos por pessoas trans, pode-se também apresentar a figura da mulher trans Wendy Carlos (Figura 5), que foi pioneira na música eletrônica e no uso de sintetizadores como instrumento musical, compondo trilhas sonoras para filmes como “*Laranja Mecânica*” (1971) e “*O Iluminado*” (1980), ganhando inclusive três vezes Grammy Awards.

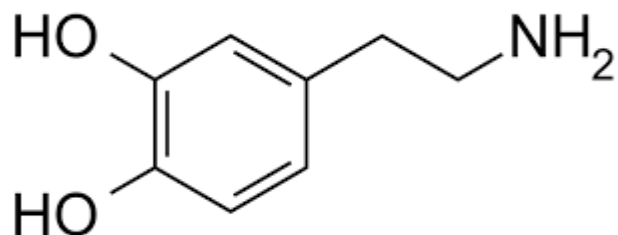
Figura 5: Compositora e Musicista Wendy Carlos.



Fonte: Disponível em <https://www.billboard.com/culture/pride/the-drums-jonny-pierce-wendy-carlos-7832760/>.

E como dito anteriormente, a partir dessas figuras da música, abordar os conteúdos associados à temática neurotransmissores do bem-estar, como a dopamina (Figura 6) e abordar os grupos funcionais presentes na sua estrutura, bem como as reações que podem ocorrer na molécula, podendo assim agregar o conteúdo programático referente a funções e reações orgânicas.

Figura 6: Molécula da Dopamina.



Fonte: Disponível em

<http://www.quimica.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=2119&evento=5>

Outras visões são igualmente possíveis, como articular as narrativas de pessoas trans, atrizes e atores em novela, e trazer a temática da Química, e das Ciências, que existe por trás da TV de LED, saber científico que proporcionou um Nobel de Química. Ainda, trazer as contribuições de pessoas trans para a ciência, para a política, para as artes, entre outras importantes áreas. As possibilidades são vastas, o que basta é o fazer docente militante estar verdadeiramente comprometido com a mudança social, e como apontam Freire (2023) e Passos (2022), não se calar perante as opressões que sofrem as/os mazeadas/os do mundo.

Desta forma, é possível conjecturar ainda outras possibilidades que serão horizonte para nossas – e esperamos que de outras cientistas trans e travestis na Química – futuras produções, ao aprofundar e complexificar as propostas didático-pedagógicas, buscando propor articulações com a Educação Popular e propostas transtravestigêneres, em diálogo com o comprometido na luta pela terra, com a discussão trans antirracista, que considere a pessoa transfavelada e que, também, busque ações pedagógicas de potência e não apenas de violência.

Destaco também a necessidade de propor um processo de formação de professoras e professores liderado por pessoas transtravestigêneres, que deverão ser convidadas a participar, formando as pessoas cis docentes, além de pesquisas na área de políticas educacionais para o Ensino de Química que reorganizem os currículos dos cursos de Licenciatura, que são profundamente cis. Uma História da Química que utilize os estudos de casos históricos para denunciar a violência cishétero e assim fazer as pessoas cishétero pensarem sobre seu lugar de privilégio, entre outras ações pedagógicas.

5 POR HORIZONTES TRANSTRAVESTIGÊNERES – DAS CONSTATAÇÕES INEVITÁVEIS, DAS POTENCIALIDADES E DO MUNDO QUE QUEREMOS CONSTRUIR

Ao começar este trabalho enunciando a guerra a qual corporeidades trans e travestis estão passando, como aponta a ANTRA (2024) no “*Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023*”, evoquei a necessidade de juntarmo-nos em coletividade em defesas dessas vidas – minha vida inclusa. Somente no ano passado 145 pessoas trans e travestis foram mortas. A ANTRA (2024), na figura da Bruna G. Benevides, aponta que destas vítimas 136 foram travestis e mulheres trans e 9 foram homens trans e pessoas transmasculinas. Vale salientar que, ainda, outras 10 pessoas trans cometeram suicídio – ou *C*/Stematicamente foram suicidadas. É indiscutível o que compõe este trabalho. A arma da transtravestifobia (Araújo, 2021) continua, pelo décimo quinto ano consecutivo, ceifando vidas brasileiras. Nossas vidas. Esta é a primeira constatação inevitável.

A segunda constatação inevitável, aos nossos dias, é a ausência de um Estado cuidadoso, protetor, acolhedor, para nossas corporeidades. E isto se reflete nas demasiadas instituições de poder. A evasão de nossos corpos – corpos trans e travestis – das famílias, das escolas, das clínicas e dos hospitais, das universidades, dos trabalhos formais, dos amores, é estrutural e estruturante da sociedade constituída no capitalismo dependente. Como apontam Nogueira, Pereira e Toitio (2020), por mais que o capital possa não ter concebido a violência política aberta a essas dissidências, este mesmo capital expandiu-se e obteve sucesso as custas dessas dores. O capital, em si, fundamenta-se nas mazelas. Ele impõe as margens na sua tríade patriarcal, colonialista e classista. Se as corporalidades transtravestigêneres são expulsas *C*/Stematicamente das escolas – ao serem negadas ao seu nome social, dado que para a juventude trans menor de idade utilizá-los é necessário aparato familiar, ou ao serem proibidas de usarem o banheiro que expressam suas identidades –, do mercado de trabalho formal – ao não terem a formação dita necessária, justamente por serem negadas a educação formal –, existe um fetichismo do mercado sobre o trabalho imbuído nas esquinas e nos conteúdos, de um país que mais mata trans e travestis, mas também, como aponta Larrat (2021) é o que consome a pornografia produzida por estas, que a este lugar foram subjugadas.

Ainda na via das constatações inevitáveis, deparamo-nos com uma educação popular e um Ensino de Química que se esqueceram de nos citar abertamente, de nos chamar para produzir em coletivo. Uma educação que nos escanteia de seus espaços e de seus conteúdos, e quando nos cita, nos remetem a CID 11/2018⁴ (Nascimento, 2021) e suas Incongruências de Gênero. Quem tem medo das pessoas trans e travestis? Como coloco no título desta monografia, sigam em frente, querides, não há perigo na esquina: há trans e travestis. Nós existimos! A Educação Popular e a Química precisam se responsabilizar. Se ensinar, como aponta Freire (1996), rejeita toda forma de discriminação, é questionável: que campos estreitos são esses que nos cercam nos espaços educacionais? O que falta para avançar?

Assim, entrando no *hall* das potencialidades, trouxe neste trabalho o segundo aparato acadêmico: a narrativa de si, a escrevivência, a autoetnografia – as transgeneridades e travestigeneridades no foco de suas produções. O primeiro aparato foi a denúncia. Ao colocar as narrativas autobiográficas e as histórias de vida em foco, temos embates importantes no campo das ideias. Conseguimos trazer à existência, questionar políticas estanques, mexer com as amarras presentes nos formatos acadêmicos, deslocar os princípios e colaborar por um Ensino de Química transgressor e indisciplinar, tal qual um corpo transtravestigênera. Peguemos como exemplo, Heitor Levi (2022), que afirma: surge um novo pesquisador! E este seria um pesquisador trans. Jamais abjeto de si, jamais produto generificado de linhas no lattes cis epistêmicos da cisgeneridade.

Ao flexionar e tensionar como estão as produções acadêmicas e as disputas populares sobre a vida trans e travesti e suas temáticas, Paulo Freire e Maria Clara Araújo dos Passos, de 1996 a 2022, conversaram: a educação é espaço para a conquista da libertação. Olhar para o que vem sendo produzido e por quem vem sendo produzido é passo crucial para desalojarmos das amarras e sentirmos outros chãos sob nossos pés. Isso implica uma segunda potencialidade.

Os trabalhos produzidos e apresentados nas edições do Encontro Nacional de Ensino de Química (ENEQ) entre 2016 e 2022, quando olhados a partir dos mar-

⁴No ano de 2018, a transexualidade/transgeneridade/travestigeneridades saiu, após 28 anos, da categoria de transtornos mentais para integrar o de “condições relacionadas à saúde sexual” e é classificada como “incongruência de gênero” no CID 11/2018. Considerado um avanço por parte da população como uma resposta a transfobia estrutural, a outra parte se preocupa que este movimento possa enfraquecer políticas de saúde abastardadas nas especificações da ciência biomédica cisgênera. Pondero que somos mais que um CID. Somos corpos inteligíveis, não incongruências. Precisamos lutar por um saber médico científico que não nos impeça de nossas escolhas. Que não nos obrigue a justificá-las por meio da patologização. Que não nos tire o poder de decidir. Temos autonomia.

cadres trans, travesti, transexual, transgênero, dissidência, gênero, apontam que dos 2997 trabalhos apresentados, somente 0,6% retornam a busca, sendo os únicos descritores que aparecem Gênero (16), Trans (1) e Dissidência (1). E mesmo assim, a maioria dos trabalhos dentro do campo Gênero não versa sobre as especificidades da comunidade trans. Isso implica que, dentro das ausências, temos as potencialidades de futuras produções, que precisam ser escritas, desenvolvidas e pensadas a partir da ótica trans e travesti, numa cosmovisão de uma Pedagogia Transgênera.

E essa Pedagogia é possível, pois já temos suas evidências. Maria Clara Araújo dos Passos (2022) anuncia Pedagogias das Travestilidades, aquelas que se situam na historicidade do movimento brasileiro de mulheres transexuais e travestis. Esta é uma potencialidade. A Pedagogia Transgênera, por mais que inacabada, pois tudo assim se é, é uma pedagogia dos sonhos possíveis e se reflete no propor de trabalhos como o de Levi (2022), nos meus textos em 2021 sobre as localidades das pessoas não binárias no ensino de Química e nessas outras insurgências que estão eclodindo no ensino. É uma pedagogia esperançosa e que espera, que expurga o mal colonial sobre os corpos que vivem e que morrem. É uma Pedagogia de confluências transcenais. Assim, apresentamos algumas potências narrativas para o Ensino de Química e as temáticas de vida trans e travesti. É possível uma Química de trans indisciplinas.

Por fim, me pergunto: *o que produzir e o que nos reserva o futuro?* Como canta Liniker em seu último álbum de estúdio “*Lili goes Lili goes Lili goes on... dreaming*”. Aqui coloco: Lili é toda pessoa trans e travesti que ousa sonhar com o mundo a construir. Por mais que hoje estejamos, academicamente, produzindo pouco, já estamos observando heterotopias, com o avanço de políticas de acesso e permanência nas IES, como as cotas trans. Falar de horizontes transtravestigêneros é falar do movimento, pausa e fluidez das pessoas trans e travestis no mundo. É um mundo de trans epistemologias vivas, validadas, celebradas. E aqui convoco todas as pessoas docentes que estão comprometidas com uma práxis docente militante a ensinar, querer compromisso com toda a natureza, e isto implica a todas as pessoas – especialmente as pessoas trans. Ensinar também é aprender. Como disse Freire (1996), aprender precede o ensinar. Então, docentes cisgêneros, aprendam com as pessoas trans e travestis.

REFERÊNCIAS

- ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos (as) das IFES 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 27/06/2022.
- ANDRADE, Luma Nogueira. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.
- ANTRA. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Organização: Bruna G. Benevides. Brasília: Distrito Drag-ANTRA, 2023.
- ANTRA. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Organização: Bruna G. Benevides. Brasília: Distrito Drag-ANTRA, 2024.
- ARAÚJO, Jarda; CRUZ, Gabriel. **TRAVESTI NÃO É BAGUNÇA: uma análise sobre existências travestis, colonialidade e acesso à saúde**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.
- BARROS, M. L. Duas estudantes são vítimas de transfobia em escola estadual de Pernambuco. **Brasil de Fato**, Recife, 25 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/25/duas-estudantes-sao-vitimas-de-transfobia-em-escola-estadual-de-pernambuco>. Acesso em: 13/11/2022.
- BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BRASIL. **Decreto Presidencial Nº 8.727/2016, de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 27/06/2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BRAZ, Camilo. Transmasculinidades, salud y espera Antropología del tiempo y El acceso a La salud para hombres trans en Brasil”. In: PECHENY, Mario; PALUMBO, Mariana (orgs.). **Esperar y hacer esperar: escenas y experiencias em salud, dinero y amor**. Buenos Aires: Teseopress, 2017.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. 2 ed. São Paulo: N-1 edições/Crocodilo, 2023.
- CAMILO, W. M; SOARES, M. H. F. B. Trabalho Intervenção Pedagógica: Sexualidade e Identidade de Gênero na Formação Inicial de Professores de Química. IN: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, 18, 2016. **Anais...**

Florianópolis, 2016. Disponível em:

<https://www.eneq2016.ufsc.br/anais/resumos/R0819-1.pdf>. Acesso em: 26/02/2024.

CORREIA, Karla Kilma; SANTOS, Camilla Maria; SILVA, Danilo G. Rodrigues; Monteiro, Natália Silva. Docência e gênero: desafios na formação de professores de química no município de Caruaru-PE.. In: Anais do 20º Encontro Nacional de Ensino de Química. IN: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, 20, 2021.

Anais..., Recife, 2021. Disponível em:

<https://www.even3.com.br/anais/eneqpe2020/239159-docencia-e-genero--desafios-na-formacao-de-professores-de-quimica-no-municipio-de-caruaru-pe>. Acesso em: 27/02/2024.

ESCOBAR, Gabriel. A transfobia permanece mesmo após a morte de pessoas trans e travestis. **Revista Arco**, 28 de junho de 2023. Disponível em: <https://ufsm.br/r-601-9733>. Acesso em: 26/02/2024.

FAUSTINO, Gustavo Augusto Assis; BERNARDES, Clarissa Alves Carneiro; VARGAS, Regina Nobre; CAMARGO, Marysson Jonas Rodrigues; BENITE, Anna M. Canavarro. As dissidências sexuais e de gênero como fator das transformações da matéria. IN: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, 21, 2023. **Anais...**, Uberlândia-MG, 2023. Disponível em:

<https://www.even3.com.br/anais/xxieneq2022/538938-AS-DISSIDENCIAS-SEXUAIS-E-DE-GENERO-COMO-FATOR-DAS-TRANSFORMACOES-DA-MATERIA>. Acesso em: 27/02/2024

FAUSTINO, Gustavo Augusto Assis; BERNARDES, Clarissa Alves Carneiro; ALVES, Camilla Ferreira; LIMA, Geisa L. Mariz; SILVA, Ludwaler Rodrigues; BASTOS, Morgana Abranches; VARGAS, Regina Nobre; OLIVEIRA, Marta Cezaria; BENITE, Cláudio; BENITE, Anna M. Canavarro. Estudos sobre os espaços de educação não formal na formação de professores/as de química: uma discussão da temática racial, de gênero e sexualidade. IN: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, 20, 2021. **Anais...**, Recife, 2021. Disponível em:

<https://www.even3.com.br/anais/eneqpe2020/244791-estudos-sobre-os-espacos-de-educacao-nao-formal-na-formacao-de-professores-as-de-quimica--uma-discussao-da-temati>. Acesso em: 27/02/2024

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FERNANDES, F. **O que é revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

FONATRANS. **Como Nasceu o Movimento de Travestis no Brasil: histórico do nascimento do movimento político social da população t no brasil. Histórico do Nascimento do Movimento Político Social da População T no Brasil**, 2020.

Disponível em: <http://www.fonatrans.com/p/historico-do-movimento-de-travestis-no.html?m=1>. Acesso em: 28/06/2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J A Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 77ª Edição. Rio de Janeiro: Terra & Paz, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 30ª Edição. Rio de Janeiro: Terra & Paz, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 80ª Edição. Rio de Janeiro: Terra & Paz, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e Mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 57-82.

IAZZETTI, B.; FACCHINI, R. De objetos a sujeitos: narrativas sobre acesso e permanência de pessoas trans na universidade. **Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP**, n. 27, p. 1–1, 2019. DOI: [10.20396/revpibic2720191760](https://doi.org/10.20396/revpibic2720191760). Acesso em: 26 fev. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2ª ed. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 20/11/2022.

LEVI, Heitor. **Química e Direitos Humanos: um caminho para combater a transfobia**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Química) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

LIMA, Izabelly Tavares; QUEIROZ, Antônio Victor Alves; FIRME, Ruth do Nascimento. Análise de uma sequência de ensino e aprendizagem de química sobre a questão sociocientífica passabilidade. IN: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, 20, 2021. **Anais...**, Recife, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/enegpe2020/245208-analise-de-uma-sequencia-de-ensino-e-aprendizagem-de-quimica-sobre-a-questao-sociocientifica-passabilidade>. Acesso em: 27/02/2024

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós estruturalista**, 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MACHADO, Hedylady S.; RECEPUTI, Caian C.; VOGEL, M. “Histórias de vida” em formação docente no âmbito de um subprojeto do PIBID-UFES: narrativas de duas licenciadas em Química acerca das suas vivências formativas na Escola Básica. **Kiri-krê: Pesquisa em Ensino**, v. 2, n.5, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/32633>. Acesso em: 09 ago. 2022.

MARIN, Yonier Alexander Orozco. O homem trans e a química: análise do potencial das situações que atravessam esses sujeitos e suas experiências para abordagem de questões de gênero e sexualidade no ensino de química. IN: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, 19, 2018. **Anais...**, Rio Branco, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Q9FAJqMEDqRkixrjKf5Li2FEYh2sE6N4/view?usp=drive_open. Acesso em: 26/02/2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELLO, Y. T.; MAGALHÃES, J. Possibilidades de existências trans: analisando narrativas de pesquisadoras/es. **Diversidade e Educação**, v. 9, n. especial, p. 178–204, 2021. DOI: [10.14295/de.v9iEspecial.12622](https://doi.org/10.14295/de.v9iEspecial.12622). Acesso em: 24 jan. 2023.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ROCHA, Renata Neves; SÁ, Luciana Passos. Trajetórias de vida e desenvolvimento profissional docente de professores de química. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 18, n. 1, p. 56-78, 2019. Disponível em: <https://www.4.educacioneditora.net/index.php/REEC/article/view/363>. Acesso em: 13/09/2023.

NOGUEIRA, L.; PEREIRA, M.; TOITIO, R. **O Brasil fora do armário**: diversidade sexual, gênero e lutas sociais. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência**: travestilizando a educação. Simões Filho: Devires, 2020.

OLIVEIRA, Itauane; ROMANINI, Moises. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 1, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2020.v29n1/e170961/>. Acesso em: 22/12/2021.

PASSOS, Maria Clara Araújo. **Pedagogia das Travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2022.

PERNAMBUCO. **Números de vítimas de crimes identificadas como sendo do grupo LGBT em Pernambuco – JAN 2019 a MAR 2021**. Secretaria de Defesa Social, 2021. Disponível em: https://marcozero.org/wp-content/uploads/2021/05/Relato%CC%81rio-no-375.2020-GACE_SDS-3.pdf. Acesso: 27/06/2022.

PFEIL, Cello Latini; PFEIL, Bruno Latini. A cisgeneridade como diferença: o caráter institucional da ofensa da nomeação. **Revista Espaço Acadêmico** (242) – out/nov/dez 2023 – trimestral, 2023.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta, 2023.

PONTES, Ana Carolina Amaral; SIMÕES NETO, José Euzebio. A fada madrinha da passabilidade: hormônios e o ensino de química. In: OLIVEIRA, Roberto; QUEIROZ, Gloria (Orgs.) **Conteúdos cordiais**: Química Humanizada para uma Escola sem Mordaça. São Paulo: Livraria da Física, 2017.

PONTES, J. C.; SILVA, C. G. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Revista Periódicus**, v.1, n.8, p. 396–417, 2018; DOI: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i8.23211>

PRECIADO, Paul. **Texto Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2023.

PROEXC UFRPE. **Levantamento de alunes Transgêneros, Transexuais e Travestis da UFRPE. 26 de agosto de 2022**. Recife, 2022. Disponível em: <http://www.proexc.ufrpe.br/pt-br/levantamentodealunes>. Acesso: 26/02/2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino- americanas. Buenos Aires: ColecciónSurSur, CLACSO, 2005. p.227-278.

REIDEL, Marina. **A Pedagogia do Salto Alto**: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. 163 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RIBEIRO DE CASTRO, Darcy; RIBAS BEJARANO, Nelson R. O conhecimento dos estudantes do ensino fundamental I sobre funções vitais de animais e plantas. **Revista Iberoamericana De Educación**, v. 59, n. 3, p. 1-15, 2012. DOI: <https://doi.org/10.35362/rie5931374>

RIBEIRO, A. T. **Histórias de vida e formação de professores de Química**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2007.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. **Tempo & Argumento**, v. 12, n. 29, 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0105>. Acesso em: 22/12/2021.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SALES, Adriana. **Travestis brasileiras e escola (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades**. 305 f. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2018.

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Transformando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. **Perspectiva**, v. 38, n. 2, p. 1-25, 2020.

SCOTT, J. A invisibilidade da experiência. **Revista Projeto História**, v. 16, p. 297-325, 1998.

SILVA, A. C. Descobrir os limites da minha formação por meio do ensino de química dentro de uma penitenciária feminina. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Química) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SILVA, Caio Gentil Nascimento; SILVA, Joaquim Fernando Mendes; SANTOS, Marcos André Ferreira de Araujo. Reflexões sobre um ensino de química transgressor. IN: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, 21, 2023. **Anais...**, Uberlândia-MG, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xxieneg2022/535037-Reflexoes-Sobre-Um-Ensino-De-Quimica-Transgressor>. Acesso em: 27/02/2024

SOARES, Catarina Bezerra; SIMÕES NETO, José Euzébio. Sequência didática para abordagem do tema hormônios sexuais a partir dos conteúdos cordiais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA, 20, 2020. **Anais...**, Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/enegpe2020/247483-sequencia-didatica-para-abordagem-do-tema-hormonios-sexuais-a-partir-dos-conteudos-cordiais>. Acesso em: 27/02/2024

SOARES, Mar Domingos ; SANTOS, Paloma Nascimento ; SIMÕES NETO, J. E. Reflexões não binárias no Ensino de Química. I: ENCONTRO DO CENTRO-OESTE DE DEBATES SOBRE O ENSINO DE QUÍMICA, 18, 2021. **Anais...**, Barra do Garças – MT, 2021.

SOARES, Mar Domingos; SIMÕES NETO, José Euzébio; SANTOS, Paloma Nascimento. Qual o lugar da pessoa não binária no ensino de química? Reflexões de uma professora-pesquisadora-militante. IN ENCONTRO DE EDUCAÇÃO

QUIMICA DA BAHIA, 2021. **Anais...**, Salvador, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/eduqui2021/406566-qual-o-lugar-da-pessoa-nao-binaria-no-ensino-de-quimica-reflexoes-de-uma-professora-pesquisadora-militante>. Acesso em: 26/02/2024.

SOBREIRA, V. Três travestis foram assassinadas em apenas um fim de semana em Pernambuco. **Brasil de Fato Pernambuco**, Recife, 16 de fev de 2022. Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/16/tres-travestis-foram-assassinadas-em-apenas-um-fim-de-semana-em-pernambuco#:~:text=Nos%20primeiros%2045%20dias%20de,tr%C3%AAs%20por%20armas%20de%20fogo&text=No%20%C3%BAltimo%20fim%20de%20semana,tiros%20no%20estado%20de%20Pernambuco>. Acesso em: 27/06/2022.

SOUZA, E. C. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre as histórias de vida em formação. **Educação em questão**, v. 25, n. 11, p. 22-39, 2006.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

SPIVAK, Gayatri C. **The Rani of Sirmur**. Colchester: University of Essex, 1985.

TGEU (Transgender Europe). **Trans Murder Monitoring Map 2022**. Disponível em: https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm_2022. Acesso em: 22/11/2022.

TGEU (TransgenderEurope). **Trans Murder Monitoring Map 2023**. Disponível em: https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm_2023. Acesso em: 22/12/2023.

VASCONCELOS, A. C. Vereador bolsonarista é investigado em BH por transfobia contra menor de idade. **Brasil de Fato**, Belo Horizonte, 08 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/08/vereador-bolsonarista-e-investigado-em-bh-por-transfobia-contra-menor-de-idade>. Acesso em: 13/11/2022.